



SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Secretário Adjunto de Licitações
Comissão Permanente de Licitação

R. Alvorada, 281 - Bairro Bosque - CEP 69900-664 - Rio Branco - AC
2º andar

EDITAL Nº 90015/2026

EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 980139 – 90015/2026

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Sistema utilizado: Compras.gov.br;

UASG: 980139;

Modalidade: Concorrência Eletrônica;

Nº da modalidade no sistema: 90015/2026.

Prezado fornecedor, o Município de Rio Branco agradece o seu interesse em participar deste certame e espera a sua melhor proposta para que você possa ser nosso fornecedor.

Visando poupar o seu tempo e facilitar a apresentação da sua proposta neste certame, os documentos que você precisa ler para participar nesta disputa foram elaborados evitando, ao máximo, repetir informações. É fundamental que você leia, além do edital, TODOS os anexos, pois há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:

- a. Anexo I – Especificações do objeto;
- b. Anexo II – Modelo de proposta;
- c. Anexo III – Projeto Básico; e
- d. Anexo IV – Minuta de Contrato.

Este edital traz as regras específicas para a sua participação e para a condução do certame. Todas as decisões serão tomadas com base no que o edital estabelece. Qualquer

dúvida ou discordância deverá ser manifestada antes do início do certame, através do e-mail: cpl01@riobranco.ac.gov.br ou cpl01.smga@gmail.com.

A minuta do contrato traz as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará o nosso negócio, se ele vier a acontecer. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as condições que regem a sua execução.

Os fornecedores que não estão acostumados com as licitações aqui do Município de Rio Branco devem ler com atenção todas as informações gerais que estão citadas neste edital, para entender os detalhes da licitação.

Como o objeto desta licitação é relativo a obras e serviços de engenharia, os anexos pertinentes a este processo, como, por exemplo, Estudo Técnico Preliminar (ETP), Projeto Executivo, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, entre outros, podem ser encontrados no link a seguir: https://drive.google.com/drive/folders/1XAhG2DSSi-4HHGRNJQeLCtH6SBg8q5kl?usp=drive_link.

Por fim, vale alertar que os horários indicados nos editais de procedimentos **eletrônicos se referem ao horário de Brasília** e nos **presenciais do horário de Rio Branco – AC**.

Bons negócios!

EDITAL DA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026
Processo Administrativo nº 038/2026

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Sistema utilizado: Compras.gov.br;

UASG: 980139;

Modalidade: Concorrência Eletrônica;

Nº da modalidade no sistema: 90015/2026

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
3. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA
4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. MODO DE DISPUTA
6. BENEFÍCIOS DAS MPE'S
7. CRITÉRIOS DE DESEMPATE
8. NEGOCIAÇÃO
9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
10. CONDIÇÕES DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO
11. PROGRAMA DE INTEGRIDADE
12. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME
13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS
14. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
15. DECLARAÇÕES
16. PROPOSTA
17. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
19. RECURSOS E CONTRARRAZÕES
20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO
22. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO CONTRATADO, PODERÁ SER SANCIONADO
23. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE SANÇÃO
24. REGRAS DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
25. REGRAS DE ENTREGA DO OBJETO
26. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
27. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
28. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS
29. DISPOSIÇÕES GERAIS
30. INFORMAÇÕES FINAIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. **Objeto do certame:** Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de Construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPS i, na Avenida Central s/n, Bairro Tucumã, no Município de Rio Branco – Acre.
- 1.2. **Origem:** Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.
- 1.3. A proposta deverá ser apresentada até às 10:00 horas (DE BRASÍLIA) do dia 29/06/2026, no sistema Compras.gov.br.
- 1.4. **Data do certame e horário (DE BRASÍLIA) de início da sessão:** 29/06/2026 às 10:00 horas.
- 1.5. **Prazo para solicitar esclarecimentos e impugnar o edital:** 23/06/2026 às 23h59min.
- 1.6. **Rito da seleção:** Concorrência.
 - 1.6.1. **Forma da seleção:** eletrônica.
- 1.7. **Local do certame:** Compras.gov.br.
- 1.8. **Critério de julgamento:** Menor preço.
- 1.9. **Modo de disputa:** Aberto na forma eletrônica.
- 1.10. **Regime de execução:** Empreitada por preço unitário.
- 1.11. **Valor estimado da contratação:** R\$ 3.381.033,98 (três milhões, trezentos e oitenta e um mil, trinta e três reais e noventa e oito centavos).
- 1.12. **Os lances serão feitos com base no:** Preço unitário.
 - 1.12.1. **Intervalo mínimo entre lances:** 0,01% (um centésimo por cento) em relação ao

melhor lance ou proposta.

1.13. **Ordem das etapas:** Rito procedimental comum.

1.14. **Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços?** não.

1.15. **Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE:**

() Sem benefícios para MPE

() Licitação exclusiva para MPE

(X) Desempate ficto, prazo para regularidade fiscal e direito de preferência

() Benefícios diferentes por item

1.15.1. Para se beneficiar da condição de MPE, o licitante deve se declarar como tal.

1.16. Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 48 do Decreto nº 400/2023.

2. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, ou enviar pedidos de esclarecimentos.

2.2. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações ao edital deverão ser encaminhados pelo e-mail cpl01@riobranco.ac.gov.br ou cpl01.smga@gmail.com ou protocolados na sede da Comissão Permanente de Licitação 01 (CPL01), no endereço R. Rui Barbosa, 325 – Centro, Rio Branco – AC, CEP: 69.900-084, de forma devidamente identificada e direcionada ao agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.

2.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será encaminhada, por e-mail, a todos as empresas que tenham manifestado interesse neste processo e, também, será divulgada em sítio eletrônico oficial e no Compras.gov.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.4. Caso seja acolhida a impugnação ou alterada regra do edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame, com publicação no sítio eletrônico oficial, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sistema eletrônico de compras.

2.5. Caso não seja possível responder o esclarecimento ou a impugnação enviada até as 18h00 do dia útil anterior à abertura do certame, a licitação será suspensa com publicação de reagendamento após a resposta da impugnação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

2.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos publicadas fazem parte integrante do edital e vinculam a Administração e todos os licitantes.

2.8. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores da Administração, inclusive membros da equipe de apoio, não deverão ser considerados para nenhuma finalidade.

3. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA

3.1. O credenciamento de representantes do licitante ocorrerá por meio da atribuição de chave de identificação e de senha de acesso ao sistema eletrônico, disponibilizadas pelo sistema Compras.gov.br ou outro sistema eletrônico de compras indicado no edital.

3.2. O licitante deve estar apto a encaminhar propostas e formular lances, por meio eletrônico, até o momento de abertura da sessão pública.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral do credenciado e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes à licitação eletrônica.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

3.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

3.6. Caberá ao interessado obter o credenciamento e observar as condições indicadas no regulamento do sistema eletrônico de compras.

3.7. O licitante deverá ingressar no sistema, no dia e hora indicados no edital para início da sessão, e nele permanecer durante todo o seu transcurso, sob pena de perder o direito à manifestação posterior em caso de ausência de resposta ou atuação oportuna, bem como de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou devido a sua desconexão.

3.8. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

3.9. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime das MPEs no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

3.10. O licitante deverá registrar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento dos campos indicados, sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.

3.11. A identificação não intencional, como, por exemplo, indicação de marca exclusiva, ou propriedades do documento digital, não será motivo de desclassificação do licitante.

3.12. Nos casos em que for constatado que a identificação se deu como forma de tentativa de fraudar o certame, o licitante será excluído, determinando-se a abertura de processo sancionatório para apuração da conduta e aplicação de declaração de inidoneidade.

3.13. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação e os licitantes.

3.14. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de compras, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.15. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados posteriormente à fase competitiva da licitação.

3.16. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

3.17. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão

pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.18. Até a data e horário previstos para abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Menor preço

4.1.1. Será considerada a proposta, ou lance, mais vantajosa aquela, dentre as classificadas, que tiver apresentado o menor preço.

5. MODO DE DISPUTA

5.1. Aberto - na forma eletrônica

5.1.1. Os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos.

5.1.2. O intervalo mínimo de valor entre os lances está estipulado no edital e incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

5.1.3. A etapa de lances abertos da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.1.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.1.5. Na hipótese de não haver novos lances que impliquem em prorrogação automática, a etapa será encerrada, e o sistema ordenará os lances na ordem do critério de julgamento.

5.1.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.1.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.1.8. Após a definição da melhor proposta, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação verificará a diferença de valores apresentada entre a primeira e a segunda classificada, podendo ser readmitido o reinício da disputa aberta, caso essa diferença seja superior a 5% (cinco por cento).

5.1.9. Após o reinício da disputa aberta, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar valor melhor, sendo que os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação no sistema.

5.1.10. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem do critério de julgamento.

5.1.11. No caso de desconexão do agente de contratação, pregoeiro ou comissão de

contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os atos até então praticados serão considerados válidos, retomando-se as atividades assim que possível.

5.1.12. Na hipótese de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6. BENEFÍCIOS DAS MPE'S

6.1. Definições:

6.1.1. MPE (ou no plural MPEs): aquele que tem direito ao tratamento diferenciado e simplificado estabelecido nos art. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123/2006, seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa que, no ano-calendário anterior, tenha auferido receita bruta de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.1.2. MPE local: aquela que possua sede ou filial localizada no Município de Rio Branco.

6.1.3. MPE regional: aquela que possua sede ou filial em qualquer Município da Mesorregião do Vale do Acre.

6.2. Declaração como MPE

6.2.1. O licitante que se declarar como MPE, sem estar nas condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinadas na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, será declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, independentemente de utilizar ou não os benefícios previstos para as MPEs na licitação.

6.3. Desempate

6.3.1. Será considerado empate ficto, quando, ao final da etapa de lances, se for o caso, e antes da negociação, o licitante que esteja competindo na condição de MPE tenha apresentado sua proposta ou último lance com valor até 5% (cinco por cento), para pregão, e até 10% (dez por cento), para as demais modalidades, acima da proposta ou último lance mais bem classificado, ofertado por empresa não enquadrada como MPE.

6.3.2. No caso de empate ficto, a MPE que tenha apresentado a proposta ou o lance com menor preço será comunicada pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação para que apresente, dentro do prazo estabelecido, caso queira, proposta de desempate com preço inferior à proposta mais bem classificada.

6.3.3. Haverá a preclusão do direito, caso a MPE manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido.

6.3.4. Não ocorrendo apresentação de proposta de desempate pela MPE até então mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se situarem no intervalo de até 5% (cinco por cento), para pregão, e de até 10% (dez por cento), para as demais modalidades, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.3.5. No caso de equivalência das propostas ou lances apresentados pelas MPEs que se encontrem nos intervalos de empate ficto, será realizado sorteio entre elas, para que seja identificada aquela que primeiro poderá apresentar a proposta de desempate.

6.3.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se o trâmite, a partir daquele ponto, sem considerar a proposta do licitante inabilitado.

6.4. Prazo para comprovar a regularidade fiscal

6.4.1. As MPEs estarão dispensadas de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista durante a licitação, a qual será exigida apenas para a contratação.

6.4.2. Caso seja identificada alguma irregularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.4.3. Eventual irregularidade na documentação, caso não seja saneada, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo da instauração de procedimento sancionatório e aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.4. Nesta hipótese, a Administração convocará os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação, para continuidade do certame, ou poderá revogar a licitação.

6.5. Licitação exclusiva ou dispensa exclusiva

6.5.1. As licitações cujo valor estimado global ou o valor individual dos lotes ou ainda o valor individual dos itens for de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão de participação exclusiva de MPEs locais e regionais.

6.5.2. As licitações exclusivas poderão ser destinadas unicamente às MPEs locais quando existirem, no mínimo, 3 (três) MPEs locais ou regionais, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

6.5.3. As dispensas exclusivas poderão ser destinadas unicamente às MPEs locais quando existirem, no mínimo, 3 (três) MPEs locais ou regionais, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

6.6. Subcontratação

6.6.1. Nos processos licitatórios destinados à contratação de obras e serviços, poderá ser exigida a subcontratação de MPEs, caso em que os empenhos e pagamentos realizados pela Administração municipal poderão ser destinados diretamente às MPEs subcontratadas.

6.7. Direito de preferência

6.7.1. Poderá ser estabelecida, justificadamente, prioridade de contratação de MPE local ou regional, que será declarada vencedora quando seu preço estiver até 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, desde que respeitado o valor máximo da licitação.

6.8. Licitação com cota reservada

6.8.1. Os itens ou lotes indicados como cota de 25% (vinte e cinco por cento) reservada para MPEs, serão destinados apenas para as empresas enquadradas como

MPE.

6.8.2. Haverá prioridade de contratação de MPE local ou regional, que será declarada vencedora quando seu preço estiver até 10% (dez por cento) a mais sobre a proposta de preço melhor classificada, observado o valor máximo previsto no edital para licitação, desde que respeitado o valor máximo da licitação.

6.8.3. Caso não haja a classificação de, no mínimo, 3 (três) propostas de MPEs para a cota de 25% (vinte e cinco por cento) do total reservado para MPEs, o item ou lote deixará de ser exclusivo para MPEs e os demais licitantes que apresentaram proposta para o item ou lote principal (os demais 75% (setenta e cinco por cento) do total), poderão, caso queiram, repetir o valor de suas propostas do item ou lote principal também para o item ou lote que era de cota reservada.

7. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Após a aplicação da preferência das MPEs nos casos de empate ficto, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, sendo dada a oportunidade de os licitantes declararem, quando necessário:

7.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

7.1.2.1. O critério acima (7.2.2.) não será utilizado pela Comissão Permanente de Licitação, embora haja previsão legal, tendo em vista a impossibilidade de aplicação deste critério em termos objetivos sem ofensa aos princípios licitatórios, como da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, conforme apontado no Parecer SAJ nº. 2024.02.000364 da Procuradoria Geral do Município (PGM):

Recomenda-se que a Comissão Permanente de Licitações se abstenha, por ora, de prever em futuros editais de licitação a hipótese do inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 como critério de desempate dos licitantes, até que sobrevenha a efetiva implantação e regulamentação do sistema cadastral de atesto de desempenho prévio de licitantes por parte do Governo Federal, como funcionalidade integrante do PNCP (art. 88, §§ 3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021 c/c arts. 80, § 4º, e 137 do Decreto nº 400/2023). Para tanto, aconselha-se que o edital contenha a justificativa a respeito da não previsão de tal critério de desempate, a fim de garantir a transparência e motivação do ato (Processo SAJ nº. 2024.02.000364, p. 10).

7.1.3. desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do art. 84 do Decreto Municipal nº 400/2023; e

7.1.4. desenvolvimento de programa de integridade, nos termos do art. 85 do Decreto Municipal nº 400/2023.

7.2. Mantida a igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos:

7.2.1. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes estabelecidos no território do Estado do Acre;

7.2.2. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes brasileiros;

7.2.3. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes que declarem investir em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

7.2.4. licitantes que declarem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

8. NEGOCIAÇÃO

8.1. Definido o resultado do julgamento, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação convocará o licitante mais bem classificado para negociação, cujos parâmetros serão os orçamentos que fundamentaram o valor estimado e os preços praticados pelo licitante em contratações públicas similares.

8.1.1. O prazo para aceitação ou recusa da negociação será de 10 (dez) minutos contados da convocação pelo sistema.

8.2. Na hipótese de o preço do licitante melhor colocado estar acima do preço estimado definido no edital, a negociação será obrigatória.

8.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, e deverá ser transparente, de fácil acesso ao público e ter suas condições registradas, consignadas em ata e mantidas à disposição de todos os eventuais interessados.

8.4. Caso a negociação com o licitante melhor classificado reste frustrada, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação fixará um valor admissível para a negociação e convocará os demais licitantes, inclusive o melhor classificado, para se manifestarem, no prazo de 10 (dez) minutos, quanto à aceitação daquele valor.

8.5. O valor admissível para a negociação deverá ser igual ou inferior ao valor máximo da contratação, nos termos do § 1º do art. 82 do Decreto Municipal nº 400/2023, e, caso mais de um licitante aceite o valor admissível para a negociação, deverá ser observada a ordem de classificação anterior à negociação.

8.6. Não havendo aceitação do valor admissível para a negociação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá fixar novo valor admissível para a negociação e realizar nova rodada de negociação, podendo ser realizadas quantas rodadas forem convenientes, a critério do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.

8.7. Caso a negociação não seja satisfatória, a licitação será declarada fracassada, salvo se demonstrada a conveniência e a oportunidade em eventual adjudicação pelo menor preço obtido, respeitado o limite do valor máximo.

8.8. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, se for o caso, até o dia útil seguinte à convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.

8.9. O prazo para apresentação da proposta ajustada ao valor final ofertado será de 24 (vinte e quatro) horas.

9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Será seguido o procedimento comum: apresentação de proposta seguida da verificação dos documentos de habilitação.

9.1.1. Por se tratar de licitação de obras e serviços de engenharia, em que a proposta consiste em planilha que deverá ser elaborada conforme os termos deste edital e seus anexos, respeitando a legislação vigente e aspectos técnicos inerentes a engenharia e arquitetura, o Agente de Contratação responsável poderá solicitar, em um mesmo momento, tanto a proposta quanto os demais documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;

9.2. O prazo para apresentação tanto da proposta atualizada ao último valor ofertado quanto da documentação de habilitação será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação feita pelo Agente de Contratação;

9.3. Tanto a proposta quanto a documentação de habilitação, quando solicitadas pelo Agente de Contratação, deverão ser anexadas no sistema, salvo mediante indisponibilidade técnica, que deverá ser comprovada pelo participante que a alega, cabendo ao Agente de Contratação deliberar com fundamento na legislação pertinente e nos princípios correlatos, sobre a concessão de prorrogação do prazo indicado no item 9.2.

10. CONDIÇÕES DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1. Serão desclassificadas as propostas que:

10.1.1. contiverem vícios insanáveis;

10.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

10.1.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

10.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.1.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.2. Será desclassificada a proposta que, após a fase de negociação, permanecer com valor superior ao valor máximo para a contratação.

10.3. Considera-se como uma presunção relativa de inexequibilidade de preços a proposta, para obras e serviços de engenharia, que apresente preço global inferior a 75% do valor orçado pela Administração, nos termos do Parecer Jurídico Processo SAJ nº. 2024.02.000802, de 28 de junho de 2024, da Procuradoria Geral do Município:

-

Tão logo, em que pese o texto aparentemente restritivo do § 4º do art.

59 da Lei nº 14.133/2021, a melhor interpretação a ser empregada a norma é a da presunção relativa de inexecutabilidade, sendo ideal que se providenciem diligências e oportunize-se as participantes proponentes que demonstrem a viabilidade de suas propostas.

Logo, recomendamos que após o recebimento das propostas o agente de contratação siga a seguinte ordem procedimental:

1º classificar as propostas, estabelecendo a melhor colocada;

2º constatada a ocorrência de valores menores aos 75%, deve oportunizar a licitante, em prazo compatível, possibilidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta;

3º encerrado o prazo, retornando resposta com demonstração pela licitante, deve encaminhar a proposta a equipe técnica (previamente designada e com capacidade), para análise da proposta quanto aos aspectos técnicos e quanto a exequibilidade do preço praticado pelo proponente, em atenção ao art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021;

4º na eventualidade de o licitante não apresentar justificativa quanto a exequibilidade de sua proposta, o agente de licitação deverá desclassificar a licitante omissa e convocar a segunda colocada, repetindo-se o procedimento a partir do ponto 2º supra;

5º após isso, havendo manifestação técnica favorável demonstrando a exequibilidade da proposta, deve o agente de contratação decidir fundamentadamente pela recepção da proposta e pela continuidade do procedimento para as próximas etapas. (Parecer Jurídico Processo SAJ nº. 2024.02.000802, de 28 de junho de 2024, da Procuradoria Geral do Município).

10.3.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, devendo ser desclassificada a proposta que não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.3.2. No caso de demonstração de exequibilidade, será concedido ao licitante mais bem classificado, além do prazo estipulado no subitem 9.2., mais 4 (quatro) horas para apresentação da documentação solicitada.

10.4. O licitante que apresentar proposta com qualquer problema, erro, vício ou desconformidade com as regras estabelecidas no edital terá a oportunidade de sanear o erro da proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que não seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame.

10.5. Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no Edital, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Todos os documentos exigidos para habilitação que estiverem disponíveis para livre

acesso pela Internet serão obtidos, diretamente pela Administração municipal, sendo dispensado o encaminhamento desses documentos pelo licitante.

10.7. Caso o sistema de acesso pela Internet para emitir o documento estiver indisponível, deverá(ão) ser feito(s) novo(s) acesso(s) ou realizada diligência para obtenção do documento.

10.8. Será admitida a apresentação de cópia simples dos documentos, sendo permitida à Administração Municipal a realização de diligência para aferir a veracidade dos documentos

10.9. A documentação de habilitação apresentada pelo licitante deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas, definida no preâmbulo do Edital.

10.10. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado.

10.11. Caso o licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome e CNPJ da matriz.

10.12. Caso o licitante seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da filial que vai fornecer o produto ou executar o serviço, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa. A contratação será realizada no CNPJ constante da documentação apresentada e da proposta comercial.

10.13. Caso o licitante pretenda constituir nova filial em Rio Branco, para fins de execução do contrato, deverá ser apresentada a proposta e os documentos de habilitação da matriz, sendo permitida a posterior substituição para o CNPJ da filial de Rio Branco, inclusive após a assinatura do instrumento contratual, cujo registro será por simples apostila.

10.14. Durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, conforme o caso, deverá sanear erros ou falhas que não alterem a essência da proposta, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

10.15. É permitida a inclusão de novo documento comprobatório de condição já atendida pelo licitante, no momento da apresentação dos documentos ou da proposta, conforme o caso, que não tenha sido juntado oportunamente com os demais documentos de habilitação e/ou com a proposta, por equívoco ou falha.

10.16. Será admitido ao licitante que tenha apresentado pendências na regularidade fiscal, a apresentação de documento novo, a fim de comprovar a regularidade, observado o disposto no inciso III, do art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

10.17. O saneamento ocorrerá, preferencialmente, na própria sessão.

10.17.1. Não sendo possível o saneamento na própria sessão, será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento pelo sistema do Compras.gov.br.

10.17.2. Havendo indisponibilidade no sistema, devidamente comprovada pelo licitante, o agente de contratação responsável poderá deliberar sobre a admissão do envio dos documentos pelo e-mail cpl01@riobranco.ac.gov.br ou cpl01.smga@gmail.com.

10.18. Para o saneamento da proposta e da documentação será admitida a correção de todos os erros que sejam possíveis de serem corrigidos, tais como marca, modelo, tipo, fabricante,

procedência, prazos, catálogos, declarações, documentação vencida, irregular ou faltante, atestados, ou quaisquer outras informações, dados ou documentos.

10.18.1. Não poderá ser admitido o saneamento que aumente o valor total da proposta, sendo aceita a alteração dos preços unitários, desde que mantido o valor global.

10.19. Caso, após o saneamento, seja identificado novo problema, deverá ser concedida nova oportunidade de sanear o vício, seguindo as mesmas regras deste capítulo.

10.20. Será inabilitado o licitante que, depois da oportunidade de saneamento, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Edital.

10.21. Nos casos de licitação para registro de preços, todos os licitantes que desejarem ter seus preços registrados na ata de registro de preços terão sua proposta e habilitação analisadas, inclusive se tiverem preços diferentes do primeiro colocado.

11. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

11.1. Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 48 do Decreto nº 400/2023.

11.2. O programa de integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, controle e auditoria, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Municipal.

11.3. Estão incluídos no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade o incentivo à denúncia de irregularidade, a instituição e aplicação do código de ética e de conduta e a aplicação e disseminação das boas práticas corporativas.

11.4. Quando previsto no edital, o contratado deverá comprovar a existência de programa de integridade em até 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato. Caso haja descumprimento desta disposição, caracterizando a inexecução parcial do contrato, haverá aplicação de multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

11.4.1. Persistindo o descumprimento do contratado em comprovar a existência de programa de integridade, por mais de 6 (seis) meses, a multa mensal passará a ser de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade, bem como será aplicada a sanção de advertência.

11.4.2. É vedada a prorrogação da vigência contratual enquanto o contratado estiver descumprindo a obrigação de comprovar a existência de programa de integridade.

11.5. A comprovação da existência do programa de integridade será realizada mediante declaração formal do contratado e compromisso de sua manutenção até o término do contrato.

11.6. Serão considerados programas de integridade implantados os que preencherem, no mínimo, os seguintes critérios:

11.6.1. padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, administradores e dirigentes;

11.6.2. capacitação, no mínimo anual, para pelo menos 20% (vinte por cento) dos

- empregados da empresa, sobre temas relacionados ao programa de integridade;
- 11.6.3. mecanismos voltados para a prevenção de fraudes e atos ilícitos nos processos de contratação ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros;
- 11.6.4. sanções, prazos e procedimentos para apuração de irregularidades; e
- 11.6.5. canais de denúncia de irregularidades, acessíveis e divulgados a empregados, fornecedores e terceiros e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé.

11.7. A Administração Municipal poderá realizar diligência para confirmar a veracidade da declaração de existência de programa de integridade implantado.

12. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

- 12.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 12.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Rio Branco ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;
- 12.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 12.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 12.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e
- 12.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 12.7. Empresas reunidas em consórcios: Sim
- 12.7.1. O limite de empresas reunidas em consórcios é de: Máximo de 02 (dois) consorciados.

13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 13.1. Caso seja permitida a participação de empresas em consórcio, deverá ser exigida a apresentação de um compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, junto com os documentos de habilitação, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. Para ser habilitado, o consórcio deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido, conforme o caso, em percentual estabelecido no edital além do que é exigido para o licitante individual.
- 13.3. O percentual de acréscimo da exigência de capital social ou de patrimônio líquido não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de MPE's.

14. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

14.1. A mera participação na licitação implica na declaração de que a empresa não está impedida de participar do processo licitatório, sendo essa declaração tácita passível de sanção de declaração de inidoneidade, em caso de falsidade.

14.2. Como condição de declaração do vencedor, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação deverá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação da empresa no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

14.2.1. SICAF;

14.2.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP, link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá promover diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5. A tentativa de burla à sanção poderá ser verificada, através de diligência, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros elementos que serão analisados pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação.

14.6. Nos casos de inabilitação por ocorrências impeditivas indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente a sua inabilitação. O prazo para manifestação do licitante é de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da sua convocação.

14.7. Constatada a existência de sanção restritiva do direito de participar de licitações, após consulta aos cadastros ou através de outras formas de diligência, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação inabilitará o licitante, por falta de cumprimento da condição de participação.

15. DECLARAÇÕES

15.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, **sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito**.

15.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

15.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Rio Branco;

15.1.3. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

15.1.4. A proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço;

15.1.5. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

15.1.6. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou

forçado;

15.1.7. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;

15.1.8. Como condição de participação neste certame e para a celebração de contrato com o Município, cumprirei a cota de aprendiz a que estou obrigado (art. 429 e seguintes da CLT), devendo, na ocasião de celebração do contrato, apresentar declaração a esse respeito (Exigência feita no Termo de Acordo na Ação Civil Pública nº 0000430-92.2023.5.14.0401, Cláusula 1ª, "i"); e

15.1.9. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

16. PROPOSTA

16.1. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.

16.2. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

17. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

17.1. Neste certame não será exigida a garantia de proposta, tendo em vista que o órgão demandante não optou de forma expressa pela comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos dos art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Sendo exigida a garantia de proposta, o licitante deverá juntar à sua proposta o comprovante de prestação de garantia em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

17.3. A garantia de proposta realizada em dinheiro ou título da dívida pública será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, ou da data em que a licitação for declarada fracassada, revogada ou anulada.

17.3.1. Caso a validade da proposta seja ultrapassada, o licitante poderá requerer a desistência da proposta e a devolução da garantia prestada em dinheiro ou em título da dívida pública.

17.3.2. No caso de escolha pelo licitante de prestação da garantia de proposta em dinheiro ou em título da dívida pública, a garantia deverá ser depositada na Secretaria Municipal de Finanças, via Documento de Arrecadação Municipal, sendo anexado o recibo à proposta a ser apresentada.

17.4. Caso o licitante opte pela modalidade seguro garantia ou fiança bancária, o instrumento deverá ser renovado sempre que expirar a validade da garantia.

17.5. A recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação implicará na execução do valor integral da garantia de proposta, sem prejuízo de instauração de procedimento administrativo sancionatório para apuração da conduta praticada.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

18.1.1. contrato social ou instrumento equivalente;

18.1.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

18.1.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

18.1.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

18.1.5. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

18.1.6. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>); e

18.1.7. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

18.2. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

18.3. **Registro ou inscrição no Conselho** Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

18.4. **Atestado de capacidade técnica operacional** emitido em nome da empresa licitante, referentes a objetos similares ao licitado, admitido o somatório, desde que em período concomitante, que comprove:

18.5. Requisito mínimo do atestado de capacidade técnico-operacional:

18.5.1. Comprovação de capacidade para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objetivo de licitação. No caso, as documentações relativas à qualificação técnico profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

18.5.2. Comprovação da empresa, que possui em corpo técnico, equipe mínima composta por profissionais de nível superior com formação, conforme indicação a seguir, detentor de atestado(s), averbados pelo CREA ou CAU/BR, em nome do próprio Responsável Técnico, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executados para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, com formação em: Engenharia Civil ou Arquiteto e Urbanista ou técnico equivalente.

18.5.3. Serão dispensadas as certidões de registro de pessoa física dos profissionais integrantes da equipe técnica que constarem da certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante;

18.5.4. Comprovação da empresa na data da licitação, ter (em) executado, a qualquer tempo, serviços de características técnicas compatíveis com o objetivo desta licitação, através de atestado(s), averbados pelo CREA/CAU (por meio de apresentação das CAT's), fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA ou CAU/BR, obedecendo, para as parcelas de maior relevância;

18.5.5. As certidões ou atestados, regulamente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional e profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional

equivalente ou superior, bem com documentos comprobatórios, deverão ser emitidos na forma prevista no artigo 67, da Lei 14.133/2021.

18.5.6. No caso de pessoa jurídica de Direito Público, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

18.5.7. Atestado(s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado (s) na Entidade competente onde os serviços foram executados, comprovando ter a Licitante executado, a qualquer tempo, serviços de obras/serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidões e/ou atestados, em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.5.8. Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa relacionada ao mesmo grupo empresarial da Licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela Licitante, a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja socia da empresa eminente e/ou da licitante;

18.5.9. Quando as certidões e/ou atestado apresentados não for emitida pelo contratante principal, deverá ser juntada a documentação uma declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

18.5.10. A Licitante deverá apresentar declaração de equipe técnica mínima, considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado.

18.6. **Atestado de capacidade técnico-profissional**, emitido em nome do responsável técnico, referentes a objetos similares ao licitado, admitido o somatório, desde que em período concomitante, que comprove:

18.6.1. Comprovação de capacidade para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto da licitação. No caso, a documentação relativa à qualificação técnica profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

18.6.2. Os atestados poderão ser apresentados, para a totalidade dos itens exigidos, de forma conjunta em um único projeto ou obra ou, de forma separada, em um ou mais projetos ou obras.

18.6.3. O responsável técnico deverá apresentar, no mínimo:

Item	Discriminação	Unid.	Quant.
01	Concreto 25Mpa	M³	30
02	Armação de Pilar, Viga, Laje de estrutura convencional	KG	1.000,00
03	Piso em granilite, mármore ou granitina	M²	100,00

04	Alvenaria de blocos cerâmicos furados	M²	600,00
05	Estrutura de cobertura metálica em perfis dobrados	KG	1.000,00
06	Cobertura c/ telha metálica	M²	300,00

18.6.4. Os atestados apresentados com unidades de medidas divergentes das exigidas nas tabelas constantes, demonstrar através de laudo emitido pelo contratante do empreendimento executado, a taxa ou fator de conversão ou compatibilização para as unidades fornecidas:

- a) Declaração formal do contratante principal confirmado que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato; ou b) Autorização da subcontratação pelo contratante principal em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitido o atestado; ou
- b) Contrato firmado entre contratado principal e o Licitante subcontratado, devidamente registrado no CAU/BR ou no CREA.

18.6.5. Nos atestados de obras executadas por empresas em consorcio, serão considerados para comprovação dos quantitativos constantes na tabela de Qualificação Técnico-Operacional, os serviços executados pelas licitantes que estejam discriminadas separadamente no atestado técnico de cada participante do consórcio.

18.6.6. Os atestados emitidos para o consórcio referentes a uma obra, deverão ter seus quantitativos considerados de forma proporcional à participação da licitante na composição do consórcio na ocasião.

18.6.7. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada a certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

18.6.8. O prazo exigido para o vínculo estabelecido no item anterior deverá ser compatível com a dedicação do profissional aos serviços estabelecidos no Cronograma a ser apresentado.

18.6.9. Quando, um desses profissionais, se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma certidão do CREA ou do CAU/BR, devidamente atualizado.

18.6.10. No caso do item anterior, deverá(ão) ser anexada(s) a(s) declaração(ões) individual(is), por inscrito do(s) profissional(is) apresentado(s) na(s) alínea(s) acima, autorizado sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica que irá participar da execução dos trabalhos.

18.6.11. Os profissionais descritos deverão ser detentores de atestado(s) e/ou certidões de responsabilidade técnica na execução de serviços compatíveis com a

natureza dos serviços objeto de licitação.

18.6.12. Os atestados e/ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente serão aceitos com as respectivas certidões do CAU/BR e/ou do CREA.

18.6.13. Apresentação do(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) deverá(ão) se limitar(em) ao necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

18.6.14. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- a) Nome do contratado e da contratante;
- b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- c) Localização do serviço;
- d) Discriminação e quantidades dos serviços elaborados/executados.

18.6.15. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

18.6.16. A apresentação de documento com informações em desacordo com as exigências contidas acima, não importará na inabilidade sumária da licitante, mas a sujeitará a diligência documental a ser feita pela Comissão de Licitação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

18.6.17. A comprovação de vínculo com a empresa poderá ser realizada pela apresentação do contrato social, carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou registro junto à entidade profissional competente ou, também, por meio de declaração de contratação futura do profissional responsável técnico com a empresa licitante.

18.6.18. Os atestados de capacidade técnico-profissional deverão estar registrados pela entidade profissional competente. Sim.

18.7. O licitante deverá apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados.

18.7.1. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência, expedida pelo distribuidor sede do licitante.

18.7.2. Qualificação econômico-financeira:

(X) Índices contábeis

(X) Patrimônio líquido mínimo

18.8. Índices Contábeis a ser atendido no ultimo balanço:

18.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

18.8.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superior a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercícios e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes formulas: I. Liquidez geral (LG) = (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante); II. Solvência Geral (SG) = (ativo geral) / (passivo circulante + passivo não circulante); III. Liquidez Corrente (LC) = (ativo circulante) / (Passivo circulante).

18.8.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será considerada inabilitada.

18.9. Percentual mínimo do capital social ou patrimônio líquido: Será exigido para fins de habilitação comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando o valor global da licitação assim justificar, conforme disposto no art. 58, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

19. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

19.1. Nos termos do art. 165, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente quanto ao julgamento das propostas e a ato de habilitação ou inabilitação de licitante, sendo concedido o prazo de 10 (dez) minutos, no sistema Comprasnet.gov.br, para que a manifestação ocorra.

19.1.1. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito.

19.2. Para o rito com habilitação antecipada, após a análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá conceder prazo de 3 (três) dias úteis para os licitantes realizarem apontamentos quanto à decisão proferida, abrindo-se igual prazo para os demais licitantes contestarem esses apontamentos, podendo a decisão ser reconsiderada em razão dos tópicos levantados.

19.2.1. Caso seja adotado o procedimento indicado no parágrafo anterior, a ausência de manifestação implicará na preclusão do direito de recorrer quanto à fase de habilitação.

19.3. Uma vez manifestada tempestivamente a intenção de recurso, o licitante terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as suas razões de recurso.

19.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis e terá início na data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.

19.5. Tanto as razões quanto as contrarrazões recursais deverão ser anexadas no sistema Comprasnet.gov.br e, apenas no caso de impossibilidade de envio pelo sistema, que deverá ser comprovada pela licitante, é que será aberta a possibilidade de envio para os endereços de e-mail desta comissão.

19.6. Será assegurado aos licitantes vista aos elementos indispensáveis à defesa de seus

interesses por consulta, através de solicitação formal pelo e-mail cpl01@riobranco.ac.gov.br ou cpl01.smga@gmail.com ou protocolada na CPL01, no endereço Rua Rui Barbosa, 325, Térreo, Centro, CEP 69.900-084, Rio Branco.

19.7. Na hipótese de o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que seja proferida decisão final pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante.

19.10. A sessão pública poderá ser reaberta, nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente, ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.11. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão de reabertura.

19.12. A convocação se dará, se for possível, pelo sistema eletrônico de compras (chat) ou será comunicado no sítio eletrônico oficial, sendo de responsabilidade do licitante acompanhar o andamento do certame no Portal de Compras do Governo Federal.

20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos, o processo licitatório será encaminhado ao Secretário Municipal de Gestão Administrativa, que poderá:

20.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

20.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

20.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

20.2. Na hipótese de revogação ou anulação do procedimento, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da publicação do ato.

20.3. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para a assinatura da ata de registro de preços ou para assinar ou aceitar o instrumento contratual, conforme o caso.

20.4. O prazo para atender à convocação será de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Rio Branco.

20.4.1. Caso o licitante, ainda dentro da validade da proposta, não atenda à convocação para a assinatura da ata de registro de preços ou assinatura ou aceite do instrumento contratual, será instaurado processo administrativo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanções.

21. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO

21.1. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

22. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO CONTRATADO, PODERÁ SER SANCIONADO

22.1. As disposições sobre as infrações e sanções relativas ao contratado estão presentes no item 5.7. INFRAÇÕES E PENALIDADES DO CONTRATO do ANEXO III – PROJETO BÁSICO.

23. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE SANÇÃO

23.1. O descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas sujeitará o licitante, o signatário da ata ou o contratado à aplicação das penalidades de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

23.2. A aplicação das sanções levará em consideração a natureza, os prazos de execução do objeto e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

23.3. A aplicação da sanção de advertência prevista no art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada diretamente pelo fiscal do contrato ou da ata de registro de preços, cabendo recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis ao Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, contados a partir da notificação da sanção, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade.

23.3.1. O prazo para decisão do recurso contra a advertência é de 20 (vinte) dias úteis.

23.4. A sanção de multa será aplicada mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, instaurado e conduzido pelo gestor do contrato.

23.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante.

23.6. O licitante ou contratado deverá ser notificado sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir, caso necessárias.

23.6.1. Nos casos de contratos que gerem atestados de capacidade técnica aos profissionais responsáveis, o processo sancionatório deverá notificar também o responsável técnico, como processado, para apurar culpa grave ou erro grosseiro do profissional, tramitando o processo contra a pessoa jurídica e a pessoa física e sendo publicado, ao final, o resultado para cada responsável, para fins de aplicação do § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

23.7. Não havendo, após regular notificação, apresentação de defesa prévia dentro do prazo estipulado, o processo prosseguirá de acordo com as informações constantes no processo.

23.8. O gestor do contrato ou a comissão processante poderá rejeitar o pedido de produção de provas, mediante decisão fundamentada, nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.

23.8.1. Se houver aceitação do pedido de produção de provas, após a dilação probatória do processo, deverá ser concedido novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ao processado para apresentação de alegações finais.

23.9. Após as alegações finais, no caso de sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, a comissão processante encaminhará parecer conclusivo à Procuradoria-Geral do Município, para emissão de parecer.

23.10. Após o parecer da Procuradoria-Geral do Município, a comissão processante poderá determinar o arquivamento do processo ou recomendar à autoridade competente a aplicação da sanção cabível.

23.11. Recebido o relatório da comissão processante, a autoridade competente terá prazo de 20 (vinte) dias úteis para decidir, computado nesse prazo eventuais esclarecimentos que vier a solicitar à comissão processante.

23.11.1. A autoridade competente poderá devolver o processo à comissão processante, para corrigir eventuais irregularidades processuais, caso em que o prazo para decisão iniciará após o retorno do processo, devidamente saneado.

23.11.2. A autoridade competente não poderá decidir em sentido diverso do relatório, cabendo-lhe aplicar a sanção recomendada, arquivar ou anular o processo administrativo.

23.11.3. Quando a aplicação da sanção recair também sobre profissional específico do contratado, o ato que aplicar a sanção deverá fazer referência expressa à imputação da infração à responsabilidade do profissional.

- 23.12. A sanção de multa poderá ser cumulada com a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco ou com a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 23.12.1. Não poderá haver outro tipo de cumulação de sanção sobre o mesmo fato gerador.
- 23.13. Da decisão que aplicar multa ou impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 23.13.1. O recurso será dirigido ao gestor do contrato, no caso de multa, ou à comissão processante, no caso de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco, os quais terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à autoridade competente para analisar e, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, decidir sobre o recurso.
- 23.13.2. O recurso terá efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente para julgar o recurso.
- 23.14. Após regular processo administrativo de aplicação da penalidade de multa, o sancionado deverá efetuar o respectivo pagamento da multa no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Administração. Findo este prazo, e não sendo constatado o pagamento, a multa será cobrada administrativamente, podendo ser compensada no primeiro pagamento seguinte à aplicação da pena, mesmo que em outros contratos, respondendo, igualmente, os pagamentos seguintes pela diferença dos valores no caso de o primeiro não suportar integralmente o ônus da penalidade.
- 23.14.1. Somente será admitida a retenção de pagamento de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.
- 23.15. Não havendo a quitação da multa e não sendo possível a compensação com outros pagamentos, o valor será descontado da garantia, se houver, ou cobrado judicialmente.
- 23.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante/contratado, o Município de Rio Branco poderá abrir processo administrativo indenizatório para cobrar os valores remanescentes.
- 23.17. Da decisão da autoridade competente que aplicar a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis à mesma autoridade, que deverá decidir no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 23.18. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Procuradoria-Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 23.18.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.19. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio

Branco e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão levadas a registro no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União.

23.19.1. O registro da sanção ocorrerá somente depois de proferida a decisão final da autoridade competente em relação a eventual recurso.

23.20. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

23.20.1. interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

23.20.2. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

23.20.3. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

23.21. O processo administrativo para apuração de responsabilidade que não for concluído dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias tramitará com prioridade, inclusive para julgamento de eventuais recursos administrativos, e deverá ser concluído em, no máximo, 4 (quatro) anos, sob pena de prescrição da pretensão punitiva.

23.22. O processo administrativo para apuração de responsabilidade, praticados pela Administração Municipal e pelo licitante ou contratado tramitará com disponibilidade de informação permanente ao processado, ressalvados os casos em que houver necessidade de sigilo, devidamente justificado.

23.22.1. A indisponibilidade de vistas ao processo durante o período de expediente da Administração Municipal não prejudicará o direito do interessado à devida manifestação, sendo suspensa a contagem do prazo enquanto perdurar a indisponibilidade.

24. REGRAS DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. As regras de fiscalização e gestão do contrato encontram-se no item 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO do ANEXO III – PROJETO BÁSICO e, também, na CLÁUSULA 15ª – FISCALIZAÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO no ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

25. REGRAS DE ENTREGA DO OBJETO

25.1. As regras relativas à entrega do objeto encontram-se no item 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do ANEXO III – PROJETO BÁSICO e, também, no item 8.2 – GARANTIA EXIGIDA DO OBJETO no ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

26. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

26.1. As condições relativas ao pagamento encontram-se no item 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO do ANEXO III – PROJETO BÁSICO e, também, na CLÁUSULA 9ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO no ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

27. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

27.1. As condições relativas ao reajustamento de preço encontram-se no item 6.2. CRITÉRIO DE REAJUSTE E REPACTUAÇÃO do ANEXO III – PROJETO BÁSICO e, também, na CLÁUSULA 10ª – REAJUSTAMENTO DO PREÇO no ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

28. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

28.1. As condições relativas à matriz de risco encontram-se na CLÁUSULA 11ª – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS no ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF para os procedimentos eletrônicos ou o horário de Rio Branco/AC para os procedimentos presenciais.

29.2. A participação do licitante implica em aceitação de todos os termos do Edital.

29.3. O licitante será responsável por todos os procedimentos que forem efetuados em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e negociações.

29.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, inclusive quanto às declarações explícitas ou implícitas, em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo da Instauração de processos sancionatório para apuração de conduta e eventual aplicação de sanções administrativas e criminais cabíveis.

29.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, desde que dentro do horário de expediente, assim considerado das 7h às 17h, no horário de Rio Branco-AC, que corresponde no horário de Brasília das 09h às 19h.

29.6. As normas que disciplinam a licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7. As decisões referentes ao processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site oficial.

29.8. O Município de Rio Branco poderá revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivados de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, sendo devidamente publicados no site oficial.

29.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.10. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

29.11. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração municipal de

Rio Branco.

29.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo agente de contratação, pelo pregoeiro, pela comissão de contratação, pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante ou pelo Secretário Municipal de Gestão Administrativa.

30. INFORMAÇÕES FINAIS

30.1. Nossos canais de atendimento, inclusive para resolver problemas relacionados à videoconferência: cpl01@riobranco.ac.gov.br / cpl01.smga@gmail.com / (68) 3212-7396.

30.2. Onde estamos: Rua Rui Barbosa, nº 325, Térreo, Centro, CEP: 69.900-084, Rio Branco/AC.

30.3. Quem são os responsáveis pelo certame: Agente de Contratação Railene Fernandes Boaventura que, em sua ausência, poderá ser substituída pelas Agentes de Contratação/Pregoeira Ana Paula Xavier da Silva Vasconcelos Ferreira, Rayssa Albuquerque Cruz Abreu Alves Barbosa e Simone Rodrigues de Quadros, conforme Decreto Municipal nº 372 de 27 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.951, no dia 28 de janeiro de 2025 combinado com o Decreto nº 629 de 13 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.964, de 14 de fevereiro de 2025 e com o Decreto Municipal nº 2.539 de 14 de agosto de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 14.086, no dia 15 de agosto de 2025.

30.4. Normas de regência: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 400/2023 e normas específicas.

30.5. O edital estará disponível no próximo dia útil ao da publicação, juntamente com os demais anexos, por meio do link: https://drive.google.com/drive/folders/1XAhG2DSSi-4HHGRNJQeLCtH6SBg8q5kl?usp=drive_link.

30.6. Rio Branco - AC, 02 de junho de 2026.

ERICK SILVA DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

EDITAL DA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 980139 – 90015/2026

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de Construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPS i, na Avenida Central s/n, Bairro Tucumã, no Município de Rio Branco – Acre.

1.2. Origem: Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Especificações e quantidades da solução:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	VALOR ESTIMADO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS i	R\$ 3.381.033,98

2.2. **Prazo para início da execução do objeto:** O início da execução do objeto se dará em 20 (vinte) dias a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

2.3. **Prazo de entrega ou de execução do objeto:** O prazo de execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS i) será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

2.4. **Local de entrega ou execução:** O local definido para a execução do serviço localiza-se na Avenida Central Rua Guamá, S/N, Conjunto Tucumã, CEP 69.961-712, Rio Branco - AC.

2.5. **Garantia exigida do objeto:** Após a entrega e o recebimento da obra, a contratada permanecerá responsável pelo cumprimento das seguintes exigências:

1. Garantia da obra: nos termos do art. 618 do Código Civil e da legislação aplicável, a contratada deverá assegurar a solidez e a segurança da construção por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, responsabilizando-se por quaisquer vícios ou defeitos decorrentes de execução inadequada.

2. Correção de eventuais falhas: quaisquer irregularidades identificadas pela Administração no período de garantia deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, em prazo

compatível com a natureza do serviço.

3. Assistência técnica: a contratada deverá prestar assistência técnica à Administração, quando solicitada, para esclarecimentos relacionados ao objeto executado.

4. Responsabilidade técnica: manter-se-á vigente a responsabilidade técnica do engenheiro responsável pela obra, devidamente registrada no CREA/CAU, até o fim do prazo de garantia.

2.6. Quais os requisitos posteriores à execução: Conforme especificado no subitem 5.6.1 do ANEXO III – PROJETO BÁSICO.

3. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. Será exigida a prestação de garantia financeira do contrato no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

3.1.1. A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades relacionadas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

3.2. Outros requisitos anteriores à execução: Conforme subitem 5.1.1 do ANEXO III – PROJETO BÁSICO.

4. BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MPE

"Geral": Não é item exclusivo para MPE, mas tem os benefícios de desempate ficto, prazo para regularidade fiscal e direito de preferência.

EDITAL DA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 980139 – 90015/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

1. DADOS DO FORNECEDOR

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

2. RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

CPF:

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

☐ Declaramos que SIM

3. CONDIÇÕES COMERCIAIS

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
Preço total geral					

Valor total geral por extenso:

4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Data:

Nome do fornecedor

Nome do Responsável

(assinatura)

EDITAL DA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 980139 – 90015/2026

ANEXO III

PROJETO BÁSICO

Projeto Básico Nº 2/2026/SEMSA-DIPROC

Rio Branco, 21 de maio de 2026.

1. DADOS GERAIS

- Número do processo administrativo:
- Órgão ou entidade demandante: Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA
- Responsável: Daniel Rocha da Silva - Gerente do Departamento de Infraestrutura Predial – SEMSA

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de empresa de engenharia para execução de **serviços de CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS i**, na Avenida Central s/n, Bairro Tucumã, no Município de Rio Branco – Acre.

2.2. Natureza do objeto

(X) Serviço de engenharia

2.3. Fundamentação da contratação

O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar disponível no Processo Administrativo indicado no nº 0400244 deste processo, destinado a execução do serviço de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infante - Juvenil.

2.4. Há legislação especial que deva ser considerada na contratação?

☒ (X) Sim

☐ () Não

2.5. Qual é a legislação especial?

Para a execução do objeto, deverão ser observadas as seguintes normas e legislações:

RDC nº 50/2002 – ANVISA: Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

RDC nº 51/2021 – ANVISA: Requisitos mínimos para análise e aprovação de projetos físicos no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS);

RDC nº 222/2016 – ANVISA: Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;

NBR 9050/2015 – ABNT: Acessibilidade a edificação, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

NBR 16537/2016 – ABNT: Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – diretrizes para projetos e instalação;

NBR 7256/2022 – ABNT: Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS);

Lei Federal nº 13.146/2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Lei Complementar nº 48/2018 – Rio Branco/Ac: Código de Obras e Edificação do Município;

Lei Municipal nº 1.623/2006 – Rio Branco/Ac: Código Sanitário do Município.

2.6. Justificativa da contratação

1. O Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS i) destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes que apresentam transtornos mentais graves e persistentes, assim como daqueles que fazem uso de crack, álcool e outras drogas. Trata-se de um serviço estratégico no âmbito da saúde mental, voltado à oferta de cuidado integral, contínuo e humanizado a um público especialmente vulnerável.

2. O município de Rio Branco ainda apresenta deficiência significativa na rede de serviços especializados voltados para a saúde mental infanto-juvenil, o que ocasiona lacunas no acompanhamento terapêutico, sobrecarga em outros pontos da rede assistencial e fragilidade na garantia dos direitos dessa população. Nesse contexto, a implantação de um CAPS i configura-se como medida essencial para ampliar a oferta de cuidados, promover a inclusão social e reduzir a exclusão e o estigma associados ao sofrimento psíquico.

3. Além de responder a uma demanda concreta e crescente da comunidade, a criação do CAPS i está alinhada a marcos legais e normativos fundamentais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura prioridade absoluta às políticas públicas voltadas a esse público, e a Política Nacional de Saúde Mental, que estabelece diretrizes para uma atenção territorialidade, interdisciplinar e centrada na pessoa. Também atende às orientações da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria GM nº 3.088/2011, que prevê a implantação de serviços de base comunitária como os CAPS em suas diferentes modalidades.

4. A legislação brasileira (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA) determina o privilégio de destino de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção e a juventude.

5. Com a referida construção será possível oferecer a população de Rio Branco um serviço em saúde mental que tem como público alvo crianças e adolescentes com sofrimento mental grave, organizar os cuidados e promover dignidade.

6. Com a construção será possível o atendimento psiquiátrico em regime de atenção diária, reduzindo assim as internações em hospitais, promover a inserção social através de ações intersetoriais, regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental infanto juvenil, além de oferecer suporte ao público infanto juvenil por meio da rede básico do Município.

Portanto, a implantação do CAPS i em Rio Branco não se trata apenas de uma expansão física da rede de saúde, mas de uma resposta estruturada às necessidades de saúde mental da população infanto-juvenil, garantindo acolhimento, cuidado especializado e respeito aos princípios de equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.7. Requisitos da contratação

1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, em nome da licitante e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Agronomia - CREA com validade na data da apresentação ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR;

2. Comprovação da aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA/CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função dos responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado.
3. Atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
4. Equipe técnica habilitada, com profissionais de nível superior registrados no conselho de classe competente (CREA/CAU), conforme as atribuições exigidas para execução do objeto;
5. Materiais e equipamentos necessários, em quantitativos mínimos compatíveis com a plena execução do objeto;
6. Observância dos quantitativos e especificações constantes no Projeto Básico, nas planilhas orçamentárias e nos memoriais descritivos, partes integrantes do presente processo;
7. Documentos que comprovem de forma objetiva e direta a capacidade técnica e operacional exigida, sendo vedada a apresentação de atestados ou declarações genéricas.

2.8. A seleção será restrita a produtos pré-qualificados?

() Sim

(X) Não

2.9. Quais os processos de pré-qualificação?

Não se aplica.

2.10. O objeto é um produto com julgamento pelo ciclo de vida?

() Sim

(X) Não

2.11. Quais as regras para julgamento pelo ciclo de vida?

Não se aplica.

2.12. O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável?

() Sim

(X) Não

2.13. Quais os critérios de inovação e/ou desenvolvimento? #CIDN

Não se aplica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Especificação e quantidades da solução: #EQSO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR ESTIMADO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS i	R\$ 3.381.033,98

Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso I, e ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a seguir a especificação e a estimativa de quantidades dos principais serviços que compõem a execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS i), com área total estimada de 1.532,89 m².

A contratada será responsável pela execução integral da obra, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços necessários, observando rigorosamente os projetos fornecidos pela Administração, bem como as normas técnicas aplicáveis, legislação vigente e diretrizes da vigilância sanitária.

Estimativa preliminar de quantitativos (com base no projeto básico e em índices paramétricos do SINAPI):

Item	Unidade	Quantidade Estimada
Área construída	m²	1.532,89
Movimentação de terra	m³	459,87
Estrutura em concreto armado	m³	153,29
Alvenaria de vedação	m²	1.839,47
Revestimentos cerâmicos	m²	1.226,31

Pintura	m ²	2.299,34
Esquadrias (portas/janelas)	m ²	153,29
Instalações elétricas	pontos	184
Instalações hidrossanitários	pontos	123
SPDA (captadores)	Un	8

Observações:

- Os quantitativos acima possuem caráter estimativo, servindo apenas para subsidiar o planejamento da contratação.
- As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-profissional e técnico-operacional restrita aos serviços de maior relevância técnica, tais como: fundações, estruturas em concreto armado, alvenaria e revestimentos, instalações elétricas e hidrossanitários, cobertura e esquadrias.
- A contratada deverá executar a obra conforme os projetos fornecidos, cabendo a ela adotar todos os meios necessários para a perfeita conclusão e entrega do objeto.

3.2. Prazo para início da execução do objeto:

O início da execução do objeto se dará em 20 (vinte) dias a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto:

1. O prazo de execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS i) será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.
2. A vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, abrangendo o período de execução, eventuais ajustes e o processo de recebimento definitivo da obra. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato conforme no Art. 111, da Lei 14.133/2021.
3. Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento a CONTRATANTE, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.
4. Os serviços concluídos poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, a critério do CONTRATANTE pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do

contratado.

5. O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

- a) os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.
- b) os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores a 90 dias.

6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

7. Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, a CONTRATANTE designará servidor ou comissão com no mínimo 02 (dois) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

8. O RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ocorrer em no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir do decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos desse contrato.

9. A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

10. A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

11. Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, conforme procedimentos descritos na cláusula deste Contrato que trata de garantias.

3.4. Local de entrega ou execução:

O local definido para a execução do serviço localiza-se na Avenida Central Rua Guamá, S/N, Conjunto Tucumã, CEP 69.961-712, Rio Branco - AC.

3.5. O objeto possui exigências a serem feitas após a entrega/execução?

☒ Sim

☐ Não

3.6. Garantia exigida do objeto:

Após a entrega e o recebimento da obra, a contratada permanecerá responsável pelo cumprimento das seguintes exigências:

1. Garantia da obra: nos termos do art. 618 do Código Civil e da legislação aplicável, a contratada deverá assegurar a solidez e a segurança da construção por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, responsabilizando-se por quaisquer vícios ou defeitos decorrentes de execução inadequada.
2. Correção de eventuais falhas: quaisquer irregularidades identificadas pela Administração no período de garantia deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, em prazo compatível com a natureza do serviço.
3. Assistência técnica: a contratada deverá prestar assistência técnica à Administração, quando solicitada, para esclarecimentos relacionados ao objeto executado.
4. Responsabilidade técnica: manter-se-á vigente a responsabilidade técnica do engenheiro responsável pela obra, devidamente registrada no CREA/CAU, até o fim do prazo de garantia.

3.7. Condições de manutenção:

A contratada não será responsável pela manutenção rotineira do edifício após a entrega e o recebimento definitivo. Sua responsabilidade restringe-se à garantia legal da obra, nos termos do art. 618 do Código Civil, devendo corrigir, sem ônus para a Administração, eventuais falhas, defeitos ou vícios construtivos identificados durante o prazo de garantia.

3.8. Exige respeito às normas específicas de descarte?

☒ Sim

☐ Não

3.9. Quais são as normas específicas de descarte?

A contratada deverá observar integralmente as normas legais e técnicas relativas ao manejo e descarte de resíduos, em especial a Lei nº 12.305/2010 (PNRS), Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, ABNT NBR 10.004/2004, bem como a RDC/ANVISA nº 222/2018 para os resíduos de serviços de saúde, além da legislação estadual e municipal vigente. O descarte irregular implicará sanções administrativas, civis e penais.

4. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1. **Como atingiremos os resultados pretendidos do contrato?**

Para assegurar o alcance dos resultados pretendidos pelo contrato, a execução da obra do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS i) será realizada com base em planejamento rigoroso, observância integral dos projetos fornecidos pela Administração, cumprimento das normas técnicas e legais, e supervisão contínua da fiscalização, garantindo a qualidade, segurança e a entrega do objeto conforme especificado.

1. **Execução conforme projetos fornecidos:** todos os serviços serão realizados estritamente de acordo com o projeto básico fornecido pela Administração, garantindo conformidade com normas técnicas e regulamentos aplicáveis.

2. **Planejamento e cronograma físico-financeiro:** a contratada deverá apresentar cronograma detalhado, identificando etapas, prazos e responsáveis, permitindo acompanhamento eficaz pela fiscalização da obra.

3. **Equipe técnica qualificada:** a contratada manterá profissionais habilitados e responsáveis tecnicamente, garantindo domínio sobre os serviços executados e a qualidade do objeto entregue.

4. **Controle de qualidade e segurança:** serão adotadas medidas de controle de qualidade dos materiais e serviços, bem como normas de segurança do trabalho, prevenindo falhas e acidentes.

5. **Supervisão e fiscalização contínua:** a Administração acompanhará a execução por meio de relatórios periódicos, reuniões técnicas e vistorias no canteiro, assegurando que os resultados contratados sejam atingidos.

6. **Garantia e ajustes pós-entrega:** eventuais correções durante o prazo de garantia serão realizadas pela contratada, garantindo que o objeto entregue esteja em conformidade com todos os requisitos previstos.

7. **Solicitações de alterações após assinatura do contrato:** quaisquer modificações nos serviços ou nos projetos somente serão implementadas mediante autorização formal da Administração e registro em termo aditivo, garantindo que não haja impacto na execução geral da obra sem devido planejamento.

8. **Paralisação temporária da obra:** eventuais suspensões motivadas por fatores como necessidade de aditivos, ajustes financeiros ou eventos de força maior serão formalmente

registradas e disciplinadas, sem prejuízo ao cumprimento integral do objeto.

4.2. Forma de execução do contrato?

A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, sendo realizada por etapas, com pagamentos vinculados às medições mensais dos serviços efetivamente executados, observadas as condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro e demais disposições contratuais.

4.3. Prazo de vigência do contrato:

O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, contado a partir da data de assinatura do contrato, de modo a abranger a execução integral do objeto e as providências administrativas necessárias ao seu encerramento.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Existem requisitos anteriores à execução?

☒ (X) Sim

☐ () Não

5.1.1 Se sim, quais requisitos anteriores à execução?

1. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá, em prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis, cumprir as seguintes condições precedentes ao início da execução contratual, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis:

I. Apresentar a garantia contratual, nos termos do item específico deste Termo de Referência, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

II. Comprovar a manutenção da regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e perante o FGTS, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/1993 (quando aplicável) e art. 62 da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação das respectivas certidões válidas.

III. Apresentar a indicação formal do responsável técnico pela execução dos serviços, devidamente inscrito no conselho de classe competente (CREA/CAU), acompanhada da devida ART/RRT.

IV. Entregar o cronograma físico-financeiro detalhado, compatível com o objeto contratado e o prazo de execução estabelecido, para análise e aprovação pela fiscalização da Administração.

V. Apresentar as apólices de seguro exigidas neste Termo de Referência, emitidas por seguradora autorizada a operar pela SUSEP, com comprovação de regularidade e vigência igual ou superior ao prazo contratual, abrangendo todas as coberturas especificadas (engenharia, responsabilidade civil, acidentes pessoais e seguro de vida dos colaboradores).

VI. Providenciar o plano de mobilização da equipe técnica e operacional, incluindo a relação dos profissionais alocados, equipamentos e insumos necessários, acompanhado de declaração de que os mesmos estarão disponíveis no canteiro de obras no prazo estabelecido.

VII. Participar de reunião inicial de alinhamento com a fiscalização da Administração, ocasião em que serão definidos os procedimentos operacionais, normas de segurança do trabalho, regras de acesso ao canteiro e fluxos de comunicação e reporte de ocorrências.

O não atendimento integral às condições acima elencadas dentro do prazo estabelecido implicará no impedimento do início da execução do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e neste instrumento contratual.

Observação: em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Contratada e analisadas pela Administração, poderá ser concedida prorrogação única e adicional de até 05 (cinco) dias úteis, exclusivamente para o cumprimento das exigências acima, desde que não haja prejuízo ao cronograma de execução global do contrato.

5.2. Será exigida garantia financeira do contrato?

☒ Sim

☐ Não

5.2.1 Se sim, o percentual de garantia financeira do contrato é:

a. Da Garantia de Execução Contratual:

I. Como garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.

b) Carta de Fiança Bancária.

c) Seguro Garantia.

II. A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
- b) O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 150 (cento e cinquenta) dias, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- c) A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).
- d) A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.
- e) A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.
- f) Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.
- g) No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à SEMSA.

III. No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate:

- a) Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.

IV. No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

V. A carta de fiança deve ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

- a) Cópia autenticada do estatuto social do banco;
- b) Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- c) Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- d) Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

VI. Se a modalidade escolhida for o Seguro Garantia, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- a) A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.
- b) A apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários.
- c) A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à contratada.
- d) A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
- e) A apólice deve observar as circulares nº. 232/2003, 251/2004, 255/2004 e 256/2004 da SUSEP e aquelas que porventura venham complementá-las ou substituí-las.
- f) Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice.
- g) O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.

VII. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato.
- b) Objeto a ser contratado, especificado neste Edital.
- c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (SEMSA).
- d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora).
- e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

VIII. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a SEMSA como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

IX. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata tempore pela fórmula estabelecida na minuta deste Contrato,

atualizada a partir da data de recolhimento a SEMSA.

X. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdências decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo SEMSA.

XI. A perda da garantia em favor da SEMSA, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

XII. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

XIII. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente.

XIV. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

XV. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

a) Dos seguros:

I. A Contratada deverá apresentar, até a data da Ordem de Início dos Serviços, apólices de seguro abaixo relacionadas, emitidas por seguradora(s) autorizada(s) a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a(s) apólice(s), da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.

II. Os seguros exigidos nesta cláusula devem ser suficientes para cobrir a integralidade do interesse segurado relativo aos riscos inerentes ao objeto do contrato.

III. As coberturas da(s) apólice(s) deverá(ão) abranger o período correspondente ao início da execução do objeto do contrato até o seu recebimento definitivo.

IV. Caso a contratada não consiga obter no mercado segurador qualquer das coberturas solicitadas nesta cláusula, deverá submeter a CONTRATANTE pedido de isenção do mesmo, o qual deverá ser acompanhado de, no mínimo, 05 (cinco) declarações de seguradoras, a ser aprovado pela DIGEA, ficando neste caso, integralmente responsável pelo ressarcimento de eventuais danos decorrentes de sinistros.

V. A(s) apólice(s) deverá(ão) ser endossada(s) sempre que houver alterações no contrato, de modo a manter sempre atualizadas as importâncias seguradas e os prazos de vigência da apólice, conforme instruções abaixo:

a) Seguro de Riscos de Engenharia para Obras Civas em Construção e Instalação e Montagem. Coberturas a serem contratadas:

(a) Cobertura Básica (com fundações), com importância segurada correspondente a 100 % (cem por cento) do valor total do contrato.

(b) Cobertura de Erro de Projeto aplicado a obras civis, com importância segurada correspondente a 100 % (cem por cento) do valor total do contrato.

(c) Cobertura de Manutenção Ampla, de 06 (seis) meses.

(d) Cobertura de Despesas Extraordinárias.

(e) Cobertura de Despesas de desentulho.

(f) Cobertura de Tumulto, Greves, lockout.

(g) Cobertura para despesas de Salvamento e Contenção de sinistros.

(h) A SEMSA deverá ser Co-segurado na apólice de Riscos de Engenharia.

VI. Seguro de responsabilidade Civil Geral e Cruzada:

a) Cobertura Básica com Importância Segurada mínima de R\$ 3.299.711,30 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil e setecentos e onze reais e trinta centavos).

b) Cobertura de Responsabilidade Civil do Empregador, com Importância Segurada mínima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

c) Cobertura para Danos Morais, com importância segurada mínima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

VII. Seguro de Vida, cobertura para os funcionários da contratada, abrangendo:

a) Morte por qualquer causa:

(a) Indenização especial de morte por acidente.

(b) Invalidez permanente total ou parcial por acidente.

(c) A importância segurada mínima deve ser o valor equivalente a 10 (dez) vezes o salário mensal de cada funcionário, sendo aceitável, a critério da contratada, o capital máximo por empregado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

VIII. Seguro de Acidentes Pessoais:

a) Cobertura para seus colaboradores sem vínculo empregatício, abrangendo morte e/ou invalidez permanente por acidente durante o período em que estiverem alocados aos serviços.

b) A importância segurada mínima deve ser, no mínimo, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por colaborador.

5.3. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle:

1. O acompanhamento da execução do contrato será realizado por fiscais designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais, normas legais, técnicas e ambientais, bem como a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

2. A fiscalização compreenderá o acompanhamento sistemático de documentos, registros e atividades realizadas pela Contratada, incluindo a análise de relatórios de execução física e financeira, notas fiscais, comprovantes de pagamento, folhas de pagamento e encargos sociais quando houver terceirização, ART/RRT, laudos técnicos, registros de inspeção e licenças obrigatórias para a execução dos serviços. Também será monitorado o cumprimento do cronograma físico-financeiro, a conformidade técnica dos serviços e materiais empregados, a observância das normas de segurança do trabalho, bem como das normas de descarte e gestão ambiental.

3. A rotina de fiscalização será periódica e sistemática, compreendendo visitas técnicas ao canteiro de obras ou local de execução dos serviços, elaboração de relatórios mensais ou por etapa de obra, reuniões quinzenais de alinhamento entre a Contratada e a Administração e registro formal de todas as ocorrências e orientações fornecidas. Eventuais ajustes ou correções deverão ser atendidos no prazo determinado pela fiscalização, garantindo o fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

4. A comunicação entre a Administração e a Contratada será formalizada por meio de ofícios, e-mails institucionais ou sistema eletrônico de gestão, assegurando rastreabilidade e registro de todas as solicitações, ordens de serviço e despachos. A Contratada deverá responder às solicitações da fiscalização dentro dos prazos estabelecidos, adotando medidas corretivas sempre que necessário.

5. Cabe à fiscalização: aprovar cronogramas, relatórios e documentação; inspecionar a execução física e qualitativa dos serviços; notificar a Contratada sobre não conformidades e acompanhar a adoção das medidas corretivas; emitir pareceres técnicos para pagamentos ou ajustes contratuais; e zelar pelo cumprimento integral das normas legais, contratuais e técnicas aplicáveis.

6. O cumprimento das diretrizes estabelecidas neste tópico é condição indispensável para o recebimento provisório e definitivo dos serviços, bem como para a liberação da garantia contratual, assegurando a transparência, qualidade e segurança na execução do contrato.

5.4. Obrigações específicas do contratado

1. Os serviços contratados deverão ser executados sob exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, em consonância com as cláusulas e condições do objeto a ser executado, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência, incluindo todos os ônus relativos a:

- a) Direção, controle geral e responsabilidade técnica da obra;
- b) Engajamento de mão-de-obra, especializada e/ou não, para o bom desempenho e qualidade da obra;
- c) Fornecimento dos materiais necessários para execução da obra, de acordo com as especificações do CONTRATANTE;
- d) Seguro de acidente de trabalho e a Previdência Social da aludida mão-de-obra;
- e) Responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais causados ao Estado, ou a terceiros, na execução desses serviços, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, diretos ou indiretos, pelos ressarcimentos ou indenizações devidas;
- f) Pagamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, salários, férias, indenizações trabalhistas e todas e quaisquer outras obrigações legais, relativas à mão-de-obra engajada;
- g) Obtenção de licenças e alvará perante as repartições competentes, bem como, pagamento de todos os impostos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente contrato e seus eventuais aditivos;
- h) Seguir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- i) Empregar materiais segundo as exatas especificações contidas no Memorial Descritivo e reparar, às suas expensas as obras que vierem a ser recusadas, estabelecendo-se, para tanto, prazos e condições da recusa e do reparo, bem como as penalidades cabíveis na hipótese de descumprimento.

2. A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

3. responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

4. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à

legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

6. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7. A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5. Obrigações específicas do Município

1. Além das estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como neste contrato, constituem obrigações da contratante:

- a) Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços;
- b) Liberar as áreas destinadas ao serviço;
- c) Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro;
- d) Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos;
- e) Pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas;
- f) Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e em legislação pertinente;
- g) Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas no Edital e neste Contrato;
- h) Rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;
- i) Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO/CONTRATANTE, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- j) Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato;

- k) Fornece, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos;
- l) Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços;
- m) Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.

2. Designar a gestão do contrato e a fiscalização da obra junto à SEMSA. Mediante a contratação dos serviços, a Secretaria Municipal de Saúde se obriga a:

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital;
- b) Promover através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- c) Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- d) Informar à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da Contratada;
- e) Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS, CNEP, SICAF e ao CNJ, por ocasião da celebração de contrato, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas as necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas;
- f) Realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5.6. Existem requisitos posteriores à execução?

(X) Sim

() Não

5.6.1 Quais são os requisitos posteriores à execução?

Existem requisitos a serem observados pela Contratada após a execução dos serviços e entrega definitiva da obra. Tais requisitos visam assegurar a qualidade, a durabilidade e a conformidade do objeto contratado, bem como resguardar a Administração contra eventuais falhas ou irregularidades, sendo elas:

1. Garantia dos serviços executados:

a) A Contratada deverá assegurar a garantia mínima de 05 (cinco) anos para a solidez e segurança da obra de engenharia, nos termos do art. 618 do Código Civil e demais legislações aplicáveis;

b) Durante o período de garantia, a Contratada será responsável por corrigir, às suas expensas e sem ônus adicional à Administração, quaisquer defeitos, falhas ou vícios decorrentes de execução inadequada, materiais empregados ou de vícios ocultos.

2. Manutenção corretiva:

a) A Contratada deverá disponibilizar equipe especializada para atendimento a eventuais necessidades de manutenção corretiva dentro do prazo de garantia;

b) O atendimento deverá ser iniciado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a comunicação formal da Administração.

3. Regularidade documental:

a) Após a conclusão do contrato, a Contratada deverá comprovar, quando solicitado, a quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações decorrentes da execução do objeto;

b) A liberação da garantia contratual ficará condicionada à apresentação da documentação comprobatória.

4. Relatórios finais e manual de operação:

a) A Contratada deverá entregar à Administração relatório técnico final contendo as informações sobre os serviços executados, materiais empregados, plantas atualizadas ("as built") e demais documentos necessários à operação e manutenção da edificação.

b) Deverá ainda fornecer manual do usuário contendo orientações sobre conservação, manutenção preventiva e cuidados necessários à correta utilização das instalações e equipamentos.

5. Responsabilidade civil e ambiental:

a) A Contratada continuará responsável, mesmo após a entrega definitiva, por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência direta ou indireta da execução do objeto.

b) Também será responsável pela comprovação de que todos os resíduos gerados foram descartados de acordo com as normas ambientais vigentes, mesmo após o encerramento da execução.

5.7 Infrações e penalidades do Contrato:

1. O licitante ou contratado, que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente,

as obrigações assumidas será responsabilizado administrativamente pelo atraso injustificado na execução do contrato pelas seguintes infrações: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, previstas nas cláusulas específicas do Edital de Licitação, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021 e no Título VI - Apuração de Responsabilidade, Capítulo I, Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade, do Decreto Municipal nº 400/2023:

I. A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, qual seja dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

2. A CONTRATADA estará às sujeitas as seguintes multas:

I. No valor de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento), por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para o início da execução do serviço, até o limite de 30% (trinta por cento), calculado sobre o atraso na execução do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista no nós (artigos 155 e 156), da Lei Federal N.º 14.133/2021, precedidas de processo administrativo onde seja assegurada a ampla defesa e o contraditório.

3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual;

4. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

5. Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

6. A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, sem aplicação de juros de mora.

7. Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I. as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II. na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança,

o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

8. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Rio Branco será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, deverão ser registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. dar causa à inexecução total do contrato;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- V. deixar de entregar a documentação exigida para o certame; e/ou
- VI. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- VII. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- I. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- II. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IV. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013;
- V. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

10. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJSC, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II. pagamento da multa;

III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

5.8 Haverá matriz de alocação de risco contratual?

☒ Sim

☐ Não

5.8.1 Matriz de alocação de risco contratual

Será adotada matriz de riscos para a presente contratação, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso III, e no art. 103 da Lei nº 14.133/2021. A matriz de riscos tem por finalidade identificar, alocar e mitigar os principais riscos que possam impactar a execução contratual, promovendo maior equilíbrio econômico-financeiro e segurança jurídica entre as partes.

Princípios de alocação:

I. Os riscos serão alocados à parte que tenha maior capacidade de gerenciá-los ou mitigá-los, de acordo com critérios de eficiência e economicidade.

II. Riscos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que onerem de forma extraordinária uma das partes, serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, nos

termos da legislação vigente.

Riscos alocados à Contratada:

- I. Riscos decorrentes de falhas de projeto executivo elaborado pela própria Contratada;
- II. Riscos relacionados à má execução dos serviços, utilização de materiais inadequados ou não conformes;
- III. Riscos trabalhistas, previdenciários e de segurança do trabalho da equipe alocada;
- IV. Riscos de fornecimento de insumos e equipamentos, inclusive variações de preços previsíveis no mercado;
- V. Custos adicionais decorrentes de inobservância de normas técnicas, ambientais ou de segurança.

Riscos alocados à Administração:

- I. Atrasos em liberações de áreas de execução sob responsabilidade do Município;
- II. Interferências de projetos ou serviços de responsabilidade de terceiros contratados pela Administração;
- III. Alterações legais ou normativas supervenientes que impactem diretamente a execução do contrato;
- IV. Fatos da Administração que configurem omissão, falha ou atraso injustificado na adoção de providências que sejam de sua responsabilidade.

Riscos compartilhados:

- I. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, como enchentes, incêndios, desastres naturais ou situações de calamidade pública;
- II. Situações de greve geral que atinjam de forma ampla e imprevisível o setor da construção civil;
- III. Eventos extraordinários que afetem a cadeia de suprimentos em âmbito nacional ou internacional.

Procedimentos em caso de ocorrência de risco:

I. A parte que identificar a ocorrência de risco deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

II. A Administração analisará o impacto da ocorrência e deliberará sobre a necessidade de ajustes de cronograma, aplicação de aditivos ou reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso.

III. O descumprimento injustificado das obrigações de mitigação do risco pela parte responsável poderá ensejar aplicação de sanções contratuais.

5.9 Qual será a regra da subcontratação?

() Será permitida a subcontratação

(X) Será vedada a subcontratação

5.9.1 Se vedada a subcontratação, qual a justificativa?

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 400/2023, art. 169, a subcontratação, regra geral, é permitida. Entretanto, para o presente contrato, fica vedada a subcontratação, considerando que:

1. A execução do objeto envolve obra e serviços de engenharia, que demandam controle técnico direto da contratada, sendo inviável delegar responsabilidades a terceiros;
2. A subcontratação poderia ocasionar prejuízos à qualidade, continuidade e cronograma da execução;
3. A medida resguarda a Administração, garantindo que todos os serviços sejam executados pela contratada vencedora, devidamente habilitada e responsável pelo cumprimento integral do objeto.

Dessa forma, **a execução deve ser realizada exclusivamente pela CONTRATADA**, sendo vedada a transferência parcial ou total a terceiros, exceto para serviços acessórios expressamente autorizados pela Administração.

5.10 Além da conciliação, haverá outro método alternativo de resolução de controvérsias?

() Sim

(X) Não

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1 Prazo de pagamento: #PPGT

1. O pagamento será efetuado mensalmente, através de medição dos serviços executados de acordo com a Planilha Orçamentaria.

2. Para o pagamento deve ser apresentada a seguinte documentação (conforme Decreto Nº. 400/2023 Município de Rio Branco – AC e Instrução Normativa nº 001/2023 da SEINFRA):

- a) Requerimento da empresa;
- b) ART's – Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;
- c) Boletim de medição (espelho da medição);
- d) Memória de cálculo da medição;
- e) Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital;
- f) Via do Diário de Obras do respectivo período de medição;
- g) PCMAT – Ministério do trabalho e Emprego (com 20 trabalhadores ou mais, contemplando as exigências contidas na NR 9 – programa de Prevenção e Riscos Ambientais); PPRA – Para as empresas com menos de 20 funcionários, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- h) PCMSO e LACAT, quando for o caso, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- i) Matrícula da CEI - Cadastro do INSS; (1ª Medição)
- j) Alvará de licença para construção (1ª Medição), ou ingresso de protocolo de entrada e, neste caso, apresentação do respectivo Alvará no requerimento de 2ª Medição;
- k) Certidão Negativa de Débitos com o INSS – para ingresso da solicitação da última medição; Baixa da matrícula da CEI – Cadastro do INSS (última medição) ou em até 90 dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório;

3. Para o pagamento da fatura, necessária a apresentação, pela Contratada, dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Registro de Contrato dos serviços ou obra no CREA;
- b) Matrícula/cadastro específico da obra (CNO);
- c) Prova de Recolhimento do FGTS, relativo a todos os empregados da Contratada,

correspondente ao mês da última competência vencida, juntamente com a GFIP;

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

I. Certidão de quitação de Tributos Federais, neles abrangidas às Contribuições Sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;

II. Certidão quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda;

III. CND - Certidão Negativa de Débito Fiscal, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário, e a Certidão Negativa de Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, sendo obrigatório, também para empresas sediadas em outros Estados da Federação;

IV. Certidão expedida pela Prefeitura Municipal;

V. CRF - Certidão de Regularidade do FGTS;

VI. CND - Certidão Negativa de Débito do INSS, relativo à empresa;

VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

4. As Built e Termo de Habite-se (na última medição);

5. A CONTRATANTE efetuará o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à medição mensal dos serviços efetuados, com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo, bem como comprovação de regularidade junto à Fazenda Estadual, certidão de regularidade perante a Seguridade Social e de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6. A fiscalização terá o prazo de 72h (setenta e duas horas) para encaminhar a fatura ou devolvê-la ao emitente por impropriedade com os valores fixados nesta cláusula;

7. O licitante deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o serviço, além de mencionar o número da Licitação e Contrato;

8. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com 05 (cinco) dias úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo;

9. Respeitadas as condições previstas no Contrato, em caso de atraso de pagamento, motivado

pelo CONTRATANTE, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$$

Onde:

AF = Atualização Financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

10. É vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço, contudo, na hipótese de se verificar a necessidade de algum estorno ou ajuste nas medições subsequentes ao efetivo pagamento, o benefício auferido pela CONTRATADA será deduzido dos créditos que a CONTRATADA fazer jus.

6.2 Critério de reajuste e repactuação:

5.2.1 O contrato será de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, que implica em repactuação?

() Sim

(X) Não

6.2.2 Índice de reajuste

6.2.2.1. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, de acordo com os índices e data-base indicados, formalizado mediante apostila. (Art. 179 do Decreto Municipal nº 400/2023);

6.2.2.2 Os preços contratuais, em reais, serão reajustados na seguinte forma:

· Execução das Obras: sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e Sistema de Banco de custos (SBC)

Data do orçamento: SBC/SINAPI – 03/2026.

· Decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento, o reajuste será realizado de acordo com o Índice Nacional de Construção Civil – INCC, na hipótese de o serviço não possuir variação por outro índice setorial.

· Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços

forem realizados.

- No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo.

Onde:

$$R = I_i - I_o * V$$

$$I_o$$

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I₀ = Índice de preço verificado no mês do orçamento da SEINFRA

I₁ = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado

6.2.2.3. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

6.2.2.4. Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

6.2.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.2.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

6.2.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice

oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

6.3 Haverá Instrumento de Medição de Resultado?

() Sim

(X) Não

6.4 Haverá Remuneração Variável? #HRVA

() Sim

(X) Não

6.4.1 Como funcionará a remuneração variável?

Não se aplica.

6.5 Haverá a adoção do regime de conta vinculada?

() Sim

(X) Não

6.6 Critério e prazo para recebimento provisório

Nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento provisório do objeto contratual é etapa obrigatória em obras e serviços de engenharia, sendo condição prévia ao recebimento definitivo. Para a execução deste procedimento, serão observados os seguintes critérios:

Solicitação da Contratada:

- a) Concluídos os serviços, a CONTRATADA deverá formalizar, por meio de requerimento protocolado, o pedido de Recebimento Provisório da obra.
- b) O pedido deverá estar acompanhado da documentação técnica pertinente (as built, manuais, garantias, relatórios de ensaio e certificações, quando aplicáveis).

Designação da Comissão de Recebimento:

- a) O dirigente do órgão CONTRATANTE designará, por ato formal, servidor ou comissão

composta por, no mínimo, 02 (dois) técnicos habilitados, preferencialmente de forma multidisciplinar, para proceder à vistoria e avaliação do objeto.

b) A comissão poderá ser apoiada por equipe administrativa, para conferência documental e registros formais.

Prazo para o Recebimento Provisório:

a) O Recebimento Provisório deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do protocolo da solicitação da CONTRATADA.

b) O prazo poderá ser prorrogado, de forma justificada, em razão da complexidade ou extensão da obra, desde que devidamente registrado no processo administrativo.

Critérios Técnicos de Vistoria:

a) Verificação da conformidade da execução com o projeto, as especificações técnicas, a planilha orçamentária e demais documentos contratuais.

b) Avaliação da funcionalidade dos sistemas e instalações entregues.

c) Conferência da documentação exigida, como ART/RRT de execução, notas fiscais de materiais de maior relevância, certificados de garantia e relatórios de ensaio de qualidade.

d) Emissão de relatório técnico conclusivo, registrando eventuais não conformidades.

Possibilidade de Rejeição:

a) O recebimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso sejam constatados falhas, vícios ou descumprimento contratual.

b) Nesta hipótese, será concedido prazo para correção ou substituição, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e contrato.

Registro Formal:

a) O Recebimento Provisório será formalizado por meio de Termo de Recebimento Provisório, assinado pelos fiscais designados e pelo representante da CONTRATADA.

b) O termo deverá conter descrição detalhada das condições verificadas, apontamento das pendências encontradas e recomendações para ajustes necessários ao recebimento definitivo.

Responsabilidades Remanescentes:

a) O Recebimento Provisório não exime a CONTRATADA das responsabilidades quanto:

I. à solidez e segurança da obra;

II. à correção de vícios ocultos que venham a se manifestar;

III. ao cumprimento das garantias estabelecidas em lei e contrato.

IV. Tais responsabilidades subsistem até o Recebimento Definitivo e durante todo o período de garantia contratual.

Comunicação de Correções:

a) A fiscalização, por meio de comunicação oficial, indicará as correções e complementações necessárias, estabelecendo prazo razoável para sua execução, sob pena de aplicação de sanções.

Participação Social (quando aplicável):

a) Para obras públicas voltadas ao uso coletivo, poderá ser prevista a participação do usuário final (comunidade ou gestores da unidade beneficiada), de forma consultiva, para emissão de parecer sobre a adequação do espaço, sem prejuízo da avaliação técnica.

6.7 Critério e prazo para recebimento definitivo

1. Será emitido Termo de Recebimento Definitivo pelo dirigente do órgão CONTRATANTE, que designará servidor ou comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) técnicos, os quais procederão à vistoria e à análise final dos serviços executados, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, em conformidade com o art. 140, I, “b”, da Lei nº 14.133/2021.

2. A etapa de recebimento definitivo ocorrerá após a execução, pela CONTRATADA, das correções e complementações indicadas pela fiscalização e mediante solicitação oficial de recebimento.

3. Os serviços somente serão recebidos definitivamente após verificação da qualidade, da quantidade e da conformidade com o objeto contratado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emissão de documento comprobatório da avaliação final realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e, quando aplicável, setoriais, contendo registro do desempenho da CONTRATADA, penalidades eventualmente aplicadas e atesto de cumprimento das obrigações assumidas, que será lançado no sistema de cadastro da Administração;

b) Análise pela comissão dos relatórios técnicos e administrativos apresentados, com a possibilidade de exigir da CONTRATADA, por escrito, a correção de irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, devidamente fundamentadas nas cláusulas contratuais;

c) Emissão de Termo Detalhado de Recebimento Definitivo, com base na vistoria, relatórios e documentações apresentadas pela fiscalização;

d) Autorização para emissão de Nota Fiscal ou Fatura pela CONTRATADA, limitada ao valor dimensionado e atestado pela fiscalização.

4. Independentemente do prazo de vigência do contrato, os serviços executados deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do Recebimento Definitivo, conforme previsão contratual e art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

5. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias após o Recebimento Definitivo para promover a retirada de pessoal, equipamentos, materiais, entulhos e quaisquer resíduos do canteiro de obras, devendo entregá-lo limpo e em condições adequadas de uso.

6. A presença da fiscalização durante a execução da obra ou serviços não transfere solidariedade ou corresponsabilidade à Administração, permanecendo a CONTRATADA como a única responsável técnica e legal pela integral execução do contrato, inclusive quanto a eventuais subcontratadas.

7. Nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, a CONTRATADA responderá, por até 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo, pela solidez e segurança da obra executada, devendo reparar, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se manifestem nesse período, independentemente de novo pagamento pelo CONTRATANTE.

6.8 É uma contratação direta?

☐ Sim

☒ Não

6.9 É um caso de inexigibilidade de licitação?

☐ Sim

☒ Não

7. EXISTE A NECESSIDADE DE ELABORAR UM EDITAL DE SELEÇÃO?

☒ Sim

☐ Não

7.1 Rito de seleção

☒ Concorrência

7.2 **Forma da seleção**

☐ Presencial

☒ Eletrônica

7.3 **Local do certame:**

www.comprasnet.gov.net

www.gov.br/pncp

www.licitacoes-e.com.br

7.4 **Critério de julgamento**

☒ Menor preço

☐ Maior desconto

☐ Técnica e preço

☐ Maior retorno econômico

☐ Melhor técnica ou conteúdo artístico

☐ Maior lance

7.4.1 **A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens**

☒ Global

☐ Lotes de itens

☐ Por itens

7.5 **Modo de disputa**

☒ Aberto

☐ Aberto e fechado

☐ Fechado

- ☐ Fechado e aberto
- ☐ Dispensa Eletrônica

7.5.1 Os lances devem ser feitos com base no:

- ☒ Preço unitário
- ☐ Preço total
- ☐ Não tem lances

7.6 Haverá antecipação da habilitação?

- ☐ Sim, rito com habilitação antecipada
- ☒ Não, rito procedimental comum

7.6.1 Se a ordem for o rito com habilitação antecipada, qual a justificativa:

Não se aplica.

7.7 Benefícios para Micro e Pequenas Empresas - MPE

- ☐ Sem benefícios para MPE
- ☐ Licitação exclusiva para MPE
- ☒ Desempate ficto, prazo para regularidade fiscal e direito de preferência
- ☐ Benefícios diferentes por item (Anexo I)

7.8 Exigências específicas para a fase de proposta

- ☒ Existem exigências específicas
- ☐ Não se aplica o item

7.8.1 Exigência de documento junto com a proposta:

O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

7.8.2. Há necessidade de amostra para o julgamento das propostas?

() Sim

(X) Não

7.8.3 Prazo de validade da proposta

O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9 Exigências específicas para a fase de habilitação

(X) Existem exigências específicas

() Não se aplica o item

8. REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO

Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, conforme disposto no Art. 62 da Lei 14.133/2021:

- I. Jurídica;
- II. Fiscal, social e trabalhista;
- III. Econômico financeira;
- IV. Técnica.

Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir

obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

VI. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da lei. 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

IX. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

As habilitações fiscal, social e trabalhistas serão aferidas conforme Art. 68 da Lei 14.133/2021, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Qualificação Econômica Financeira

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- I. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- II. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Qualificação Técnica

A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, conforme preceitua o Art. 67 da Lei 14.133/2021, será restrita a:

- I. apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II. certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- III. indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro

da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV. prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V. registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI. declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.1 Qualificação econômico-financeira:

(X) Índices contábeis

(X) Patrimônio líquido mínimo

() Capital social mínimo

8.2 Índices contábeis a ser atendido no último balanço:

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superior a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercícios e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes formulas:

I. Liquidez geral (LG) = (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante);

II. Solvência Geral (SG) = (ativo geral) / (passivo circulante + passivo não circulante);

III. Liquidez Corrente (LC) = (ativo circulante) / (Passivo circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será considerada inabilitada.

8.3 Percentual mínimo do capital social ou patrimônio líquido:

Será exigido para fins de habilitação comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando o valor global da licitação assim justificar, conforme disposto no art. 58, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

8.4 **Inscrição em entidade profissional**

☒ Sim

☐ Não

8.5 **Qual a entidade profissional:**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

8.6 **Será exigido atestado de capacidade técnico-operacional?**

☒ Sim

☐ Não

8.6.1 Requisito mínimo do atestado de capacidade técnico-operacional:

1. Comprovação de capacidade para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objetivo de licitação. No caso, as documentações relativas à qualificação técnico profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021.
2. Comprovação da empresa, que possui em corpo técnico, equipe mínima composta por profissionais de nível superior com formação, conforme indicação a seguir, detentor de atestado(s), averbados pelo CREA ou CAU/BR, em nome do próprio Responsável Técnico, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executados para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, com formação em: Engenharia Civil ou Arquiteto e Urbanista ou técnico equivalente.
3. Serão dispensadas as certidões de registro de pessoa física dos profissionais integrantes da equipe técnica que constarem da certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante;
4. Comprovação da empresa na data da licitação, ter (em) executado, a qualquer tempo, serviços de características técnicas compatíveis com o objetivo desta licitação, através de atestado(s), averbados pelo CREA/CAU (por meio de apresentação das CAT's), fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA ou CAU/BR, obedecendo, para as parcelas de maior relevância;
5. As certidões ou atestados, regulamente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional e profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem com

documentos comprobatórios, deverão ser emitidos na forma prevista no artigo 67, da Lei 14.133/2021.

6. No caso de pessoa jurídica de Direito Público, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

7. Atestado(s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado (s) na Entidade competente onde os serviços foram executados, comprovando ter a Licitante executado, a qualquer tempo, serviços de obras/serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidões e/ou atestados, em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8. Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa relacionada ao mesmo grupo empresarial da Licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela Licitante, a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja socia da empresa eminente e/ou da licitante;

9. Quando as certidões e/ou atestado apresentados não for emitida pelo contratante principal, deverá ser juntada a documentação uma declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

10. A Licitante deverá apresentar declaração de equipe técnica mínima, considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado.

DA RELAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

Quant.	Discriminação
01	Arquiteto, Engenheiro Civil ou Técnico Equivalente
01	Engenheiro de Segurança no Trabalho ou Técnico Equivalente.

8.7 Será admitida a utilização por atestado do subcontratado?

() Sim

(X) Não

8.8 Os atestados de capacidade técnico-operacional podem ser substituídos por outras provas hábeis?

() Sim

(X) Não

8.8.1 Quais são os documentos hábeis?

Não se aplica.

8.9 Exigência de atestado de capacidade técnico-profissional

(X) Sim

() Não

8.9.1 Requisito mínimo do atestado de capacidade técnico-profissional:

1. Comprovação de capacidade para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto da licitação. No caso, a documentação relativa à qualificação técnica profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021.
2. Os atestados poderão ser apresentados, para a totalidade dos itens exigidos, de forma conjunta em um único projeto ou obra ou, de forma separada, em um ou mais projetos ou obras.
3. O responsável técnico deverá apresentar, no mínimo:

Item	Discriminação	Unid.	Quant.
01	Concreto 25Mpa	M³	30
02	Armação de Pilar, Viga, Laje de estrutura convencional	KG	1.000,00
03	Piso em granilite, mármore ou granitina	M²	100,00
04	Alvenaria de blocos cerâmicos furados	M²	600,00
05	Estrutura de cobertura metálica em perfis dobrados	KG	1.000,00
06	Cobertura c/ telha metálica	M²	300,00

4. Os atestados apresentados com unidades de medidas divergentes das exigidas nas tabelas constantes, demonstrar através de laudo emitido pelo contratante do empreendimento executado, a taxa ou fator de conversão ou compatibilização para as unidades fornecidas:

a) Declaração formal do contratante principal confirmado que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato; ou b) Autorização da subcontratação pelo contratante principal em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitido o atestado;

ou

b) Contrato firmado entre contratado principal e o Licitante subcontratado, devidamente registrado no CAU/BR ou no CREA.

5. Nos atestados de obras executadas por empresas em consorcio, serão considerados para comprovação dos quantitativos constantes na tabela de Qualificação Técnico-Operacional, os serviços executados pelas licitantes que estejam discriminadas separadamente no atestado técnico de cada participante do consórcio.

6. Os atestados emitidos para o consórcio referentes a uma obra, deverão ter seus quantitativos considerados de forma proporcional à participação da licitante na composição do consórcio na ocasião.

7. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada a certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8. O prazo exigido para o vínculo estabelecido no item anterior deverá ser compatível com a dedicação do profissional aos serviços estabelecidos no Cronograma a ser apresentado.

9. Quando, um desses profissionais, se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma certidão do CREA ou do CAU/BR, devidamente atualizado.

10. No caso do item anterior, deverá(ão) ser anexada(s) a(s) declaração(ões) individual(is), por inscrito do(s) profissional(is) apresentado(s) na(s) alínea(s) acima, autorizado sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica que irá participar da execução dos trabalhos.

11. Os profissionais descritos deverão ser detentores de atestado(s) e/ou certidões de responsabilidade técnica na execução de serviços compatíveis com a natureza dos serviços objeto de licitação.

12. Os atestados e/ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente serão aceitos com as respectivas certidões do CAU/BR e/ou do CREA.

13. Apresentação do(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) deverá(ão) se limitar(em) ao necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

14. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- a) Nome do contratado e da contratante;
- b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- c) Localização do serviço;
- d) Discriminação e quantidades dos serviços elaborados/executados.

15. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

16. A apresentação de documento com informações em desacordo com as exigências contidas acima, não importará na inabilidade sumária da licitante, mas a sujeitará a diligência documental a ser feita pela Comissão de Licitação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

8.10 Os atestados de capacidade técnico-profissional, se exigidos, precisam estar registrados na entidade profissional competente?

☒ Sim

☐ Não

8.10.1 Justificativa para registro em outro conselho além do CREA ou CAU:

Não se aplica.

8.11 Os atestados de capacidade técnico-profissional podem ser substituídos por outras provas hábeis?

☐ Sim

☒ Não

8.11.1 Quais são os documentos hábeis?

Não se aplica.

8.12 Há outro requisito previsto em lei especial?

☐ Sim

☒ Não

8.12.1 Qual o requisito previsto em lei especial?

Não se aplica.

8.13 Será vedada a participação de consórcios?

() Sim

(X) Não

8.14 Haverá limite máximo do número de consorciados em um consórcio?

(X) Sim

() Não

8.14.1 Qual o limite de consorciados?

Limite máximo de 2 (dois) consorciados.

8.15 Infrações e penalidades no certame

1. O licitante que, durante a fase do procedimento licitatório, praticar atos que atentem contra a lisura, a competitividade, a veracidade das informações ou o regular andamento do certame, estará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 155 a 158, bem como no Decreto Municipal nº 400/2023, sem prejuízo das demais penalidades civis e criminais cabíveis.

2. Constituem infrações administrativas durante a fase de licitação, entre outras:

I. Apresentar documentação falsa ou informações inverídicas;

II. Retirar, injustificadamente, a proposta após a abertura das propostas ou após ser declarado vencedor;

III. Deixar de entregar documentação exigida para habilitação, dentro do prazo estabelecido;

IV. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado;

V. Comportar-se de modo inidôneo ou praticar atos fraudulentos;

VI. Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação;

VII. Obstar, perturbar ou fraudar a realização de qualquer etapa do certame;

VIII. Agir de má-fé, com dolo ou culpa grave, com o intuito de prejudicar a Administração Pública ou outros licitantes.

3. As infrações cometidas no âmbito do certame sujeitam o infrator às seguintes penalidades, conforme a gravidade da conduta e observando-se o contraditório e a ampla defesa:

I. **Advertência**, aplicada em caso de infração de menor gravidade, quando não se justificar penalidade mais severa;

II. **Multa**, fixada no edital e aplicada em valor proporcional ao dano causado à Administração ou ao comprometimento do certame;

III. **Impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

4. As penalidades de impedimento e declaração de inidoneidade serão registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Portal da Transparência do Município de Rio Branco, conforme o disposto no art. 161 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 400/2023.

5. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas de forma cumulativa, observada a proporcionalidade entre a conduta e o prejuízo causado à Administração, mediante processo administrativo regular, com direito à ampla defesa e ao contraditório, conforme o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6. A reabilitação do licitante ou contratado que tenha sofrido sanções somente será concedida após o cumprimento integral das penalidades aplicadas e a reparação dos danos eventualmente causados à Administração Pública, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

9. **É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?**

() Sistema de Registro de Preços

(X) Contratação tradicional

9.1 **Tabela com itens, quantidades e periodicidade para cada órgão:**

Não se aplica.

9.2 É uma contratação sem previsão no Plano de Contratações Anual?

☐ Sim

☒ Não

9.3 Será dispensada a publicação da intenção de registro de preços, mesmo que a contratação não esteja prevista no Plano de Contratações Anual?

☐ Sim

☒ Não

9.3.1 Justificar a dispensa da intenção de registro de preços:

Não se aplica.

9.4 Infrações e penalidades da Ata de Registro de Preços

Não se aplica.

10. É UMA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA?

☒ Sim

☐ Não

10.1 Regime de execução do contrato

☒ Empreitada por preço unitário

☐ Empreitada por preço global

☐ Empreitada integral

☐ Contratação por tarefa

☐ Contratação integrada

☐ Contratação semi-integrada

☐ Fornecimento com serviço associado

10.1.1 Indicar os anexos do Anteprojeto?

Presente no Processo Administrativo

10.1.2 Inserir os anexos do Projeto Básico?

Presente no Processo Administrativo.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 Valor estimado total da contratação:

Para a execução dos serviços estima-se um custo de **R\$ 3.381.033,98 (três milhões, trezentos e oitenta e um mil e trinta e três reais e noventa e oito centavos)**, baseado na Tabela SINAPI – 03/2026.

11.2 Data da conclusão da formação de preço:

11 de maio de 2026

11.3 O preço de referência será sigiloso no processo?

() Sim

(X) Não

11.3.1 Justificar o sigilo do preço de referência:

Não se aplica.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Previsão orçamentária para a contratação

() Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços

(X) Existe previsão orçamentária

- () Não há previsão orçamentária
- () Previsão orçamentária insuficiente

12.2 Rubrica orçamentária para a contratação

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recurso específicos garantidos por meio de Emenda Federal e Recurso Próprio.

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DA DESPESA
1417.0000	4.4.90.51.00	1.631 (Emenda federal)	R\$ 1.448.820,00
1417.0000	4.4.90.51.00	1.500 (Recursos Próprios)	R\$ 1.932.213,98
TOTAL			R\$ 3.381.033,98

13. DISPOSIÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASES DE DADOS

A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto da contratação.

- a) A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- b) A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- c) A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- d) A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- e) A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados

estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros, durante o cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

f) A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

g) A Contratada não será permitida deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.

h) A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

i) A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.

j) A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.

k) A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto deste instrumento contratual, fica obrigado a assumir total responsabilidade e o ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo ocorrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

l) A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante, para os assuntos relacionados à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

m) O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial em contrário.

O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüentemente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

14. DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

Em conformidade com a previsão da aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013,

regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948 de 23 de julho de 2014, da seguinte forma:

a) Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948/2014, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

15. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

INTERESSADO:

Daniel Rocha da Silva

Gerente do Departamento de Infraestrutura Predial – SEMSA

Decreto nº 3.075/2025

O Secretário Municipal de Saúde aprova o presente Termo de Referência, tendo em vista que foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

Rennan Biths de Lima Lima

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 007/2025

EDITAL DA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 980139 – 90015/2026

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Minuta do Contrato Administrativo Nº 1172637 - SEMSA-DIPROC

O **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, n.º 285, Centro, Rio Branco, Acre, CEP: 69.900-120, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.034.583/0001-22, neste ato representado pelo Secretário..... (nome)....., inscrito no CPF(nº do CPF), doravante denominado **contratante** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida à....., na cidade de –, CEP, e-mail....., neste ato representada pelo Sr.(nome), inscrito no CPF(nº do CPF), doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

1.1. A Contratação de empresa de engenharia para execução de **serviços de CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS i**, na Avenida Central s/n, Bairro Tucumã, no Município de Rio Branco – Acre., cuja especificações constam abaixo:

Item	Material	Unid.	Quant.	V. Unitário	V. Total
1					
2					

CLÁUSULA 2ª: NORMAS REGENTES E DOS CASOS OMISSOS

2.1. O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº __ _#NPRO, ao Edital do Pregão nº ____/____ e seus anexos e à proposta vencedora, independente de transcrição, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 400/2023, pela Lei nº 8.078/1990 e pela Lei nº 6.360/1976.

2.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei.

CLÁUSULA 3ª: VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, contado a partir da data de assinatura do contrato, de modo a abranger a execução integral do objeto e as providências administrativas necessárias ao seu encerramento.

CLÁUSULA 4ª: **REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO**

A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, sendo realizada por etapas, com pagamentos vinculados às medições mensais dos serviços efetivamente executados, observadas as condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro e demais disposições contratuais. #FECO

CLÁUSULA 5ª: **LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

5.1. O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam no Termo de Referência.

5.2. Os prazos de entrega / execução serão contados a partir da assinatura contratual.

5.3. O prazo de entrega / execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato em momento anterior à data de entrega ou conclusão do serviço.

CLÁUSULA 6ª: **FONTE DE RECURSOS**

6.1. As despesas resultantes do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta de dotações orçamentárias a seguir especificadas:

6.2. _____

CLÁUSULA 7ª: **VALOR A SER PAGO PELO OBJETO**

7.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

7.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato e conforme anexo I deste contrato.

CLÁUSULA 8ª: **DAS GARANTIAS**

8.1. **Garantia contratual**

8.1.1. a). **Da Garantia de Execução Contratual:**

I. Como garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.

- b) Carta de Fiança Bancária.
- c) Seguro Garantia.

II. A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
- b) O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 150 (cento e cinquenta) dias, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- c) A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).
- d) A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.
- e) A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.
- f) Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.
- g) No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à SEMSA.

III. No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate:

- a) Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.

IV. No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

V. A carta de fiança deve ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente

registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

- a) Cópia autenticada do estatuto social do banco;
- b) Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- c) Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- d) Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

VI. Se a modalidade escolhida for o Seguro Garantia, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- a) A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.
- b) A apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários.
- c) A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à contratada.
- d) A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
- e) A apólice deve observar as circulares nº. 232/2003, 251/2004, 255/2004 e 256/2004 da SUSEP e aquelas que porventura venham complementá-las ou substituí-las.
- f) Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice.
- g) O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.

VII. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato.
- b) Objeto a ser contratado, especificado neste Edital.
- c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (SEMSA).
- d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora).
- e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

VIII. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a SEMSA como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

IX. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata tempore pela fórmula estabelecida na minuta deste Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento a SEMSA.

X. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdências decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo SEMSA.

XI. A perda da garantia em favor da SEMSA, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

XII. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

XIII. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente.

XIV. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

XV. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

b) Dos seguros:

I. A Contratada deverá apresentar, até a data da Ordem de Início dos Serviços, apólices de seguro abaixo relacionadas, emitidas por seguradora(s) autorizada(s) a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a(s) apólice(s), da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.

II. Os seguros exigidos nesta cláusula devem ser suficientes para cobrir a integralidade do interesse segurado relativo aos riscos inerentes ao objeto do contrato.

III. As coberturas da(s) apólice(s) deverá(ão) abranger o período correspondente ao início da execução do objeto do contrato até o seu recebimento definitivo.

IV. Caso a contratada não consiga obter no mercado segurador qualquer das coberturas solicitadas nesta cláusula, deverá submeter a CONTRATANTE pedido de isenção do mesmo, o qual deverá ser acompanhado de, no mínimo, 05 (cinco) declarações de seguradoras, a ser aprovado pela DIGEA, ficando neste caso, integralmente responsável pelo ressarcimento de eventuais danos decorrentes de sinistros.

V. A(s) apólice(s) deverá(ão) ser endossada(s) sempre que houver alterações no contrato, de

modo a manter sempre atualizadas as importâncias seguradas e os prazos de vigência da apólice, conforme instruções abaixo:

a) Seguro de Riscos de Engenharia para Obras Civas em Construção e Instalação e Montagem. Coberturas a serem contratadas:

(a) Cobertura Básica (com fundações), com importância segurada correspondente a 100 % (cem por cento) do valor total do contrato.

(b) Cobertura de Erro de Projeto aplicado a obras civis, com importância segurada correspondente a 100 % (cem por cento) do valor total do contrato.

(c) Cobertura de Manutenção Ampla, de 06 (seis) meses.

(d) Cobertura de Despesas Extraordinárias.

(e) Cobertura de Despesas de desentulho.

(f) Cobertura de Tumulto, Greves, lockout.

(g) Cobertura para despesas de Salvamento e Contenção de sinistros.

(h) A SEMSA deverá ser Co-segurado na apólice de Riscos de Engenharia.

VI. Seguro de responsabilidade Civil Geral e Cruzada:

a) Cobertura Básica com Importância Segurada mínima de R\$ 3.299.711,30 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil e setecentos e onze reais e trinta centavos).

b) Cobertura de Responsabilidade Civil do Empregador, com Importância Segurada mínima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

c) Cobertura para Danos Morais, com importância segurada mínima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

VII. Seguro de Vida, cobertura para os funcionários da contratada, abrangendo:

a) Morte por qualquer causa:

(a) Indenização especial de morte por acidente.

(b) Invalidez permanente total ou parcial por acidente.

(c) A importância segurada mínima deve ser o valor equivalente a 10 (dez) vezes o salário mensal de cada funcionário, sendo aceitável, a critério da contratada, o capital máximo por empregado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

VIII. Seguro de Acidentes Pessoais:

a) Cobertura para seus colaboradores sem vínculo empregatício, abrangendo morte e/ou

invalidez permanente por acidente durante o período em que estiverem alocados aos serviços.

b) A importância segurada mínima deve ser, no mínimo, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por colaborador.

8.2. Garantia exigida do objeto:

Após a entrega e o recebimento da obra, a contratada permanecerá responsável pelo cumprimento das seguintes exigências:

1. Garantia da obra: nos termos do art. 618 do Código Civil e da legislação aplicável, a contratada deverá assegurar a solidez e a segurança da construção por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, responsabilizando-se por quaisquer vícios ou defeitos decorrentes de execução inadequada.
2. Correção de eventuais falhas: quaisquer irregularidades identificadas pela Administração no período de garantia deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, em prazo compatível com a natureza do serviço.
3. Assistência técnica: a contratada deverá prestar assistência técnica à Administração, quando solicitada, para esclarecimentos relacionados ao objeto executado.
4. Responsabilidade técnica: manter-se-á vigente a responsabilidade técnica do engenheiro responsável pela obra, devidamente registrada no CREA/CAU, até o fim do prazo de garantia.

8.2.3. Condições de assistência técnica:

8.2.3.1. A contratada deverá prestar a assistência técnica necessária, inclusive durante o período de garantia, de forma presencial ou com deslocamento técnico ao município de Rio Branco/AC, no prazo máximo de 72 horas úteis após o chamado formal. A assistência deverá incluir o fornecimento e a substituição de peças, componentes e materiais compatíveis, com especificações originais ou equivalentes, aprovadas pelo fabricante.

8.2.3.2. A contratada deverá manter canal de atendimento exclusivo para o contrato, com funcionamento em horário comercial, e deverá fornecer relatório técnico a cada intervenção realizada.

8.2.3.3. As manutenções preventivas e corretivas deverão ser executadas preferencialmente no local de uso do equipamento, exceto nos casos em que o deslocamento à assistência técnica seja tecnicamente indispensável e previamente autorizado pela Administração

CLÁUSULA 9ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 Prazo de pagamento: #PPGT

1. O pagamento será efetuado mensalmente, através de medição dos serviços executados de acordo com a Planilha Orçamentaria.
2. Para o pagamento deve ser apresentada a seguinte documentação (conforme Decreto Nº. 400/2023 Município de Rio Branco – AC e Instrução Normativa nº 001/2023 da SEINFRA):
 - a) Requerimento da empresa;
 - b) ART's – Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;
 - c) Boletim de medição (espelho da medição);
 - d) Memória de cálculo da medição;
 - e) Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital;
 - f) Via do Diário de Obras do respectivo período de medição;
 - g) PCMAT – Ministério do trabalho e Emprego (com 20 trabalhadores ou mais, contemplando as exigências contidas na NR 9 – programa de Prevenção e Riscos Ambientais); PPRA – Para as empresas com menos de 20 funcionários, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
 - h) PCMSO e LACAT, quando for o caso, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
 - i) Matrícula da CEI - Cadastro do INSS; (1ª Medição)
 - j) Alvará de licença para construção (1ª Medição), ou ingresso de protocolo de entrada e, neste caso, apresentação do respectivo Alvará no requerimento de 2ª Medição;
 - k) Certidão Negativa de Débitos com o INSS – para ingresso da solicitação da última medição; Baixa da matrícula da CEI – Cadastro do INSS (última medição) ou em até 90 dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório;
3. Para o pagamento da fatura, necessária a apresentação, pela Contratada, dos seguintes documentos:
 - a) Certidão de Registro de Contrato dos serviços ou obra no CREA;
 - b) Matrícula/cadastro específico da obra (CNO);
 - c) Prova de Recolhimento do FGTS, relativo a todos os empregados da Contratada, correspondente ao mês da última competência vencida, juntamente com a GFIP;
 - d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

I. Certidão de quitação de Tributos Federais, neles abrangidas às Contribuições Sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;

II. Certidão quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda;

III. CND - Certidão Negativa de Débito Fiscal, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário, e a Certidão Negativa de Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, sendo obrigatório, também para empresas sediadas em outros Estados da Federação;

IV. Certidão expedida pela Prefeitura Municipal;

V. CRF - Certidão de Regularidade do FGTS;

VI. CND - Certidão Negativa de Débito do INSS, relativo à empresa;

VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

4. As Built e Termo de Habite-se (na última medição);

5. A CONTRATANTE efetuará o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à medição mensal dos serviços efetuados, com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo, bem como comprovação de regularidade junto à Fazenda Estadual, certidão de regularidade perante a Seguridade Social e de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6. A fiscalização terá o prazo de 72h (setenta e duas horas) para encaminhar a fatura ou devolvê-la ao emitente por impropriedade com os valores fixados nesta cláusula;

7. O licitante deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o serviço, além de mencionar o número da Licitação e Contrato;

8. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com 05 (cinco) dias úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo;

9. Respeitadas as condições previstas no Contrato, em caso de atraso de pagamento, motivado pelo CONTRATANTE, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$$

Onde:

AF = Atualização Financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

10. É vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço, contudo, na hipótese de se verificar a necessidade de algum estorno ou ajuste nas medições subsequentes ao efetivo pagamento, o benefício auferido pela CONTRATADA será deduzido dos créditos que a CONTRATADA fazer jus.

CLÁUSULA 10ª: REAJUSTAMENTO DO PREÇO

10.1. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, de acordo com os índices e data-base indicados, formalizado mediante apostila (Art. 1779 do Decreto Municipal nº 400/2023);

10.2. Os preços contratuais, em reais, serão reajustados na seguinte forma:

- Execução das obras: Sistema Nacional de Pesquisa de custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e Sistema de Banco de Custos (SBC);

Data do Orçamento: SBC/SINAPI – 03/2026

- Decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento, o reajuste será realizado de acordo com o Índice Nacional de Construção Civil – INCC, na hipótese de o serviço não possuir variação por outro índice setorial;

- Não se admitirá com encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes;

- As datas-bases são os indicados acima e no orçamento referencial;

- O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo.

Onde:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} * V$$

I_o

R= Valor da parcela de reajustamento procurado

I_o = Índice de preço verificado no mês do orçamento da SEINFRA

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

10.3. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

10.4. Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados;

10.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela Legislação então em vigor;

10.6.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA 11ª: MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS

11.1. As partes concordam em estabelecer a seguinte matriz de alocação riscos para o presente contrato:

Evento de risco	Alocação	Consequência
Alteração do quantitativo contratado	Município	Aditivo contratual
Alteração do projeto	Município	Reequilíbrio contratual
Criação, extinção ou alteração de tributos, taxas ou encargos	Município	Reequilíbrio contratual
Atraso no pagamento	Município	Juros e atualização monetária
Problemas com empregados do contratado	Contratado	Manutenção do valor
Erros na execução	Contratado	Correção com manutenção do valor
Atrasos e inadimplementos	Contratado	Glosa do valor não executado e aplicação de penalidades
Oscilações de mercado dos insumos até 5% acima da variação média do ano anterior	Contratado	Manutenção do valor
Oscilações de mercado dos insumos acima de 5% da variação média do ano anterior	Município	Reequilíbrio contratual

Outros eventos não previstos caracterizados como caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração	Município	Reequilíbrio contratual
--	-----------	-------------------------

#MARC

11.2. São considerados riscos que podem ocorrer ao longo da execução contratual com potencial de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro, aqueles que estiverem preenchidos como riscos do contratante, sendo aplicada a regra para reequilíbrio econômico-financeiro nestes casos.

11.3. O contratado terá a obrigação de demonstrar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, o pagamento dos seguros eventualmente solicitados pela matriz de risco contratual.

11.4. O fiscal do contrato acompanhará os mecanismos de mitigação dos riscos previstos na matriz de risco contratual.

CLÁUSULA 12ª: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos pertinentes e suficientes, acompanhados das memórias de cálculo.

12.1.1. A solicitação será endereçada ao fiscal do contrato.

12.2. O contratante analisará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e emitirá resposta ao contratado em até 20 (vinte) dias úteis, admitida, desde que justificada, a prorrogação deste prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

12.2.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, nem ser o mesmo, justificadamente, prorrogado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

12.3. A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos da cláusula 10.1, deste contrato para a pertinente manifestação e concordância, levando à extinção contratual, sem penalidades, nos casos em que não houver acordo sobre o novo valor.

12.4. Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

12.5. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

12.6. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

12.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

CLÁUSULA 13ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. Os serviços contratados deverão ser executados sob exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, em consonância com as cláusulas e condições do objeto a ser executado, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência, incluindo todos os ônus relativos a:

- a) Direção, controle geral e responsabilidade técnica da obra;
- b) Engajamento de mão-de-obra, especializada e/ou não, para o bom desempenho e qualidade da obra;
- c) Fornecimento dos materiais necessários para execução da obra, de acordo com as especificações do CONTRATANTE;
- d) Seguro de acidente de trabalho e a Previdência Social da aludida mão-de-obra;
- e) Responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais causados ao Estado, ou a terceiros, na execução desses serviços, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, diretos ou indiretos, pelos ressarcimentos ou indenizações devidas;
- f) Pagamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, salários, férias, indenizações trabalhistas e todas e quaisquer outras obrigações legais, relativas à mão-de-obra engajada;
- g) Obtenção de licenças e alvará perante as repartições competentes, bem como, pagamento de todos os impostos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente contrato e seus eventuais aditivos;
- h) Seguir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- i) Empregar materiais segundo as exatas especificações contidas no Memorial Descritivo e reparar, às suas expensas as obras que vierem a ser recusadas, estabelecendo-se, para tanto, prazos e condições da recusa e do reparo, bem como as penalidades cabíveis na hipótese de descumprimento.

13.2. A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

13.3. responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

13.4. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

13.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

6. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7. A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA 14ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1. Além das estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como neste contrato, constituem obrigações da contratante:

- a) Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços;
- b) Liberar as áreas destinadas ao serviço;
- c) Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro;
- d) Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos;
- e) Pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas;
- f) Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e em legislação pertinente;
- g) Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas no Edital e neste Contrato;
- h) Rejeitar os serviços executadas em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

- i) Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO/CONTRATANTE, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- j) Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato;
- k) Fornece, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos;
- l) Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços;
- m) Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.

14.2. Designar a gestão do contrato e a fiscalização da obra junto à SEMSA. Mediante a contratação dos serviços, a Secretaria Municipal de Saúde se obriga a:

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital;
- b) Promover através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- c) Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- d) Informar à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da Contratada;
- e) Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS, CNEP, SICAF e ao CNJ, por ocasião da celebração de contrato, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas as necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas;
- f) Realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA 15ª: FISCALIZAÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1. A gestão e fiscalização do contrato será conforme os Art 139 à 147 e incisos do Decreto nº 400/2023.

15.2. A fiscalização do contrato será realizada por....., e-mail: e a gestão do contrato por, e-mail:, sendo representante do contratado, na qualidade de preposto.

- a) A fiscalização do objeto será exercida por representante, designado, pela Administração contratante, conforme dispõe o art. 140, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações;
- b) A atuação ou eventual omissão da fiscalização na realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Empresa contratada da responsabilidade no fornecimento dos materiais e futuras instalações quando for necessário, conforme descrição dos materiais descritos neste termo.
- c) A comunicação entre a fiscalização da Administração contratante e a Empresa contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no respectivo processo.
- d) Todos os atos e orientações emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Administração contratante
- e) Não obstante a Empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos materiais, a Administração contratante reserva-se no direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercera mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto do contrato, devendo:

I - Acompanhar a execução físico-financeira do contrato.

II - Acompanhar, controlar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e de execução.

III - Observar o fiel adimplemento das disposições contratuais.

IV - Ordenar a suspensão da execução do contrato se estiver em desacordo como pactuado, sem prejuízo das penalidades a que está sujeita a Empresa contratada, garantido o contraditório e a ampla defesa.

V - Zelar pela fiel execução dos contratos, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais fornecidos.

VI - Quaisquer exigências de a fiscalização do contrato inerentes ao seu objeto de verão ser prontamente atendidas pela Empresa Contratada.

VII - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

VIII - Por descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais, poderão ser aplicadas à Empresa contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

f) Na hipótese de a verificação a que trata do recebimento provisório e definitivo, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

g) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da

Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

h) A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a licitante cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

i) No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à Empresa contratada.

j) O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

CLÁUSULA 16ª: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescentar, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

16.4. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

16.5. Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

CLÁUSULA 17ª: SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA 18ª: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

18.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei nº 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

CLÁUSULA 19ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Em conformidade com o que preconiza a Lei nº 14.133/2021 em seu art. 155, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática de qualquer das seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. As infrações praticadas pelo licitante ou pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

19.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas supramencionadas as seguintes sanções (art. 156, e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Federal nº 14.133/2021):

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar,
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I da subcláusula 18.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.6. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.9. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato indicara e o gestor poderá aplicar sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

19.10. Será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

19.11. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

19.12. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

19.13. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

19.14. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

ART.	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art.155, I	Dar causa à inexecução parcial do empenho.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	--
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora.	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho.	1%/dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho.	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho.	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho.	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação.	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.	4 anos e 6 meses

Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços.	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo.	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 20ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

20.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, para esclarecimentos de questões relacionadas ao contrato.

20.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.

20.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 30 (trinta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, que tem prazo diferenciado.

20.3.1. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

20.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

CLÁUSULA 21ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

21.1. O contratante acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

21.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

21.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

21.3.1. o contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

21.3.2. será aplicada multa mensal de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas enquanto

persistir a situação de irregularidade, aumentando para 2% (dois por cento) caso o não atendimento das condições de habilitação persista por mais de 60 (sessenta) dias.

21.4. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

CLÁUSULA 22ª: NORMAS AMBIENTAIS E LOGÍSTICA REVERSA

22.1. O contratado deverá cumprir as normas ambientais aplicáveis na produção, entrega e execução do objeto contratado.

CLÁUSULA 23ª: DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

23.1. Em conformidade com a previsão da aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948 de 23 de julho de 2014, da seguinte forma:

23.2. Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948/2014, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

CLÁUSULA 24ª: PROTEÇÃO DE DADOS

24.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

24.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

24.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

24.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

24.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos,

abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

24.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

24.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

24.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

24.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

24.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

24.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

24.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;

24.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

24.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

24.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

24.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

24.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

24.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

24.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

24.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

24.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA 25ª: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

25.1. Critério e prazo para recebimento provisório:

25.1.1. Nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento provisório do objeto contratual é etapa obrigatória em obras e serviços de engenharia, sendo condição prévia ao recebimento definitivo. Para a execução deste procedimento, serão observados os seguintes critérios:

Solicitação da Contratada:

- a) Concluídos os serviços, a CONTRATADA deverá formalizar, por meio de requerimento protocolado, o pedido de Recebimento Provisório da obra.
- b) O pedido deverá estar acompanhado da documentação técnica pertinente (as built, manuais, garantias, relatórios de ensaio e certificações, quando aplicáveis).

Designação da Comissão de Recebimento:

- c) O dirigente do órgão CONTRATANTE designará, por ato formal, servidor ou comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) técnicos habilitados, preferencialmente de forma multidisciplinar, para proceder à vistoria e avaliação do objeto.
- d) A comissão poderá ser apoiada por equipe administrativa, para conferência documental e registros formais.

Prazo para o Recebimento Provisório:

- e) O Recebimento Provisório deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do protocolo da solicitação da CONTRATADA.
- f) O prazo poderá ser prorrogado, de forma justificada, em razão da complexidade ou extensão da obra, desde que devidamente registrado no processo administrativo.

Critérios Técnicos de Vistoria:

- g) Verificação da conformidade da execução com o projeto, as especificações técnicas, a planilha orçamentária e demais documentos contratuais.
- h) Avaliação da funcionalidade dos sistemas e instalações entregues.
- i) Conferência da documentação exigida, como ART/RRT de execução, notas fiscais de materiais de maior relevância, certificados de garantia e relatórios de ensaio de qualidade.
- j) Emissão de relatório técnico conclusivo, registrando eventuais não conformidades.

Possibilidade de Rejeição:

- k) O recebimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso sejam constatados falhas,

vícios ou descumprimento contratual.

l) Nesta hipótese, será concedido prazo para correção ou substituição, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e contrato.

Registro Formal:

m) O Recebimento Provisório será formalizado por meio de Termo de Recebimento Provisório, assinado pelos fiscais designados e pelo representante da CONTRATADA.

n) O termo deverá conter descrição detalhada das condições verificadas, apontamento das pendências encontradas e recomendações para ajustes necessários ao recebimento definitivo.

Responsabilidades Remanescentes:

o) O Recebimento Provisório não exime a CONTRATADA das responsabilidades quanto:

I. à solidez e segurança da obra;

II. à correção de vícios ocultos que venham a se manifestar;

III. ao cumprimento das garantias estabelecidas em lei e contrato.

IV. Tais responsabilidades subsistem até o Recebimento Definitivo e durante todo o período de garantia contratual.

Comunicação de Correções:

p) A fiscalização, por meio de comunicação oficial, indicará as correções e complementações necessárias, estabelecendo prazo razoável para sua execução, sob pena de aplicação de sanções.

Participação Social (quando aplicável):

q) Para obras públicas voltadas ao uso coletivo, poderá ser prevista a participação do usuário final (comunidade ou gestores da unidade beneficiada), de forma consultiva, para emissão de parecer sobre a adequação do espaço, sem prejuízo da avaliação técnica.

25.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

25.2. Critério e prazo para recebimento definitivo:

25.2.1. Será emitido Termo de Recebimento Definitivo pelo dirigente do órgão CONTRATANTE, que designará servidor ou comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) técnicos, os quais procederão à vistoria e à análise final dos serviços executados, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, em

conformidade com o art. 140, I, “b”, da Lei nº 14.133/2021.

25.2.2. A etapa de recebimento definitivo ocorrerá após a execução, pela CONTRATADA, das correções e complementações indicadas pela fiscalização e mediante solicitação oficial de recebimento.

25.2.3. Os serviços somente serão recebidos definitivamente após verificação da qualidade, da quantidade e da conformidade com o objeto contratado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emissão de documento comprobatório da avaliação final realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e, quando aplicável, setoriais, contendo registro do desempenho da CONTRATADA, penalidades eventualmente aplicadas e atesto de cumprimento das obrigações assumidas, que será lançado no sistema de cadastro da Administração;
- b) Análise pela comissão dos relatórios técnicos e administrativos apresentados, com a possibilidade de exigir da CONTRATADA, por escrito, a correção de irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, devidamente fundamentadas nas cláusulas contratuais;
- c) Emissão de Termo Detalhado de Recebimento Definitivo, com base na vistoria, relatórios e documentações apresentadas pela fiscalização;
- d) Autorização para emissão de Nota Fiscal ou Fatura pela CONTRATADA, limitada ao valor dimensionado e atestado pela fiscalização.

25.2.4. Independentemente do prazo de vigência do contrato, os serviços executados deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do Recebimento Definitivo, conforme previsão contratual e art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

25.2.5. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias após o Recebimento Definitivo para promover a retirada de pessoal, equipamentos, materiais, entulhos e quaisquer resíduos do canteiro de obras, devendo entregá-lo limpo e em condições adequadas de uso.

25.2.6. A presença da fiscalização durante a execução da obra ou serviços não transfere solidariedade ou corresponsabilidade à Administração, permanecendo a CONTRATADA como a única responsável técnica e legal pela integral execução do contrato, inclusive quanto a eventuais subcontratadas.

25.2.7. Nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, a CONTRATADA responderá, por até 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo, pela solidez e segurança da obra executada, devendo reparar, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se manifestem nesse período, independentemente de novo pagamento pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA 26ª: EXTINÇÃO DO CONTRATO

26.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

26.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o

contraditório e a ampla defesa.

26.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

26.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 27ª: FORO

27.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Rio Branco.

Rio Branco-AC, de de

Município de Rio Branco

Secretário Municipal de _ _ _

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF

Assinatura:

Em 21 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Erick Silva de Oliveira, Servidor**, em 03/06/2026, às 10:35, conforme Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.riobranco.ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1226204** e o código CRC **96253A07**.

